



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2014

-----Aos doze dias do mês de dezembro de 2014, na Associação Cultural e Desportiva da Cotovia, realizou-se a 1ª reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelo Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeiro Secretário em exercício com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. **Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. **Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2015 – Mapa de Pessoal;**-----
- 3. **Associação Intermunicipal da Água da Região de Setúbal – Estatutos – Alteração;**-----
- 4. **Delimitação da Área de Reabilitação Urbana “Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra – Aprovação;**-----
- 5. **Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra;**-----
- 6. **Projeto da 12.ª assembleia municipal de jovens / 8.º Concurso “As cores da Cidadania”;**-----
- 7. **Projeto “Promoção da Cidadania entre os Jovens”.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----
-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Tiago José dos Santos Silva Aragão, Maria José da Cruz Vieira Borges e Abel João Francisco Valadão; -----
-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Paulo Rodrigo Marquês Ruivo, Manuel Barros Cardoso e Isabel Alexandra Ribeiro Leão; -----
-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e Joaquim José Mendes Dias;-
-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----
-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----
-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida Cruz Narciso.
-----O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, dada a impossibilidade de comparecer, foi substituído por Fernando José Mestre Patrício.-----
----- Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia**

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e cinquenta e três minutos.-----
-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----
-----Também esteve presente o Dr. Aníbal Sardinha.-----
-----A **Presidente da Assembleia** da AMS começou por fazer a justificação de ausências do Grupo Municipal da CDU, começando por indicar que a Primeira Secretária, Carmen Cruz, por razões de ordem profissional, não podia comparecer, estando presente em sua substituição o Deputado Abel Valadão.----
----- Do Grupo Municipal do PS, a Deputada Ana Paula Gato solicitara substituição por razões de ordem profissional, estando a ser substituída pela Deputada Isabel Leão. Também, a Deputada Joana Alarcão Bastos solicitara substituição, encontrando-se presente em sua substituição, o Deputado Paulo Rodrigo Marquês Ruivo.-----
-----Em substituição do presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, esteve presente o vogal Fernando José Mestre Patrício.-----
-----Após cumprimentar os presentes, a Presidente da AMS dirigiu um cumprimento especial à Direção da Associação Cultural e Desportiva da Cotovia pelo acolhimento da realização nas suas instalações desta sessão ordinária descentralizada. -----
-----Passou a agradecer a presença do Grupo Coral “A Voz do Alentejo”, que tinha aceite o convite para os brindar com duas modinhas do Cante Alentejano. -----
-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----
-----Finda a apresentação do Grupo Coral “A Voz do Alentejo”, a Presidente da AMS informou que de acordo com o combinado previamente no seio da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais passaria a ler a Saudação que a seguir se transcreve: -----
-----**“Saudação ao Cante Alentejano** -----
-----**Quando no passado dia 27 a UNESCO declarou o Cante Alentejano, como Património Imaterial da Humanidade, a alma dos alentejanos e alentejanas falou mais alto e o país viveu um dia de festa.**
-----**Esta atribuição contagiou todos os grupos, responsáveis, amigos e naturalmente toda a equipa dinamizadora da candidatura que sempre acreditou que o Cante Alentejano, agora reconhecido mundialmente marca de forma indiscutível a expressão viva dum arte de cantar através da voz firme de grupos de homens e mulheres que nos transportam para uma região em que o Cante é símbolo do**

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Alentejo.-----
-----*Para grandes figuras da área da música, como Giacometti e Lopes Graça colocavam a hipótese sobre a sua génese e estrutura polifónica apontando-lhe reminiscências árabes ou buscando-lhes descendência no cantochão gregoriano praticado nas igrejas após o séc. XV, como é referido na revista Memoria, dedicado ao Cante Alentejano.*-----
-----*Porém o que mais nos transmite é “uma coisa sentida de grande densidade dramática e geradora de emoções”, por isso as letras do seu cante era bem o reflexo das lutas políticas e laborais, a partilha das terras, o contrabando e a afirmação da poesia popular e das belezas e culturas das terras alentejanas.*-----
-----*Neste abraço que o mundo deu ao Cante alentejano também está a labuta do poder Local do Alentejo que abnegadamente acreditou na importância e na veracidade desta arte de cantar a raiz popular, tão genuína, tão sua e agora também pertença do mundo.*-----
-----*É para nós motivo de orgulho manifestar o nosso contentamento e satisfação pela atribuição agora concedida ao Cante Alentejano, mas acreditamos que as novas gerações saberão acolher este prestigiado legado que o povo alentejano tão bem soube acarinhar e honrar, sabendo transmitir a cada um e ao mundo o quanto é importante esta matriz popular que marca um saber, uma vida, uma região e agora o país e o mundo.*-----
-----*Pelo atrás exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão ordinária no dia 12 de dezembro de 2014, saúda a Comissão promotora do Cante Alentejano, assim como a decisão do Comité Internacional da UNESCO de inscrever o Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade.*-----
-----*Dar conhecimento: Presidente da Republica, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, grupos políticos da Assembleia da Republica, Secretário de Estado da Cultura, Comissão Nacional da UNESCO em Portugal, ANMP, ANAFRE, Área Metropolitana de Lisboa, Camaras e Assembleias Municipais da Península de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa, e do Alentejo, Responsáveis da Candidatura e Grupos de Sesimbra, comunicação social local e regional.”*-----
-----**Finda a leitura, colocada a votação a Saudação ao “ Cante Alentejano” foi a mesma aprovada por unanimidade e aclamação por parte da Assembleia Municipal.**-----
-----**A Presidente da AMS** informou, que dada a extensão da Ordem de Trabalhos a sessão seria dividida em duas reuniões, passando a descrever a proposta de divisão de trabalhos, que colocou a votação.-----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Nesta conformidade a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, dividir os trabalhos da sessão** ordinária de dezembro em duas reuniões, sendo a sua continuação no dia 15 de dezembro de 2014, pelas 21h00 horas, no Auditório Conde de Ferreira.-----

-----Deliberou por unanimidade, transitar para a segunda reunião, os pontos:-----

-----Apreciação da Atividade Municipal;-----

-----Delimitação da Área de Reabilitação Urbana “Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra – Aprovação;--

-----Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra;-----

-----Projeto da 12.ª assembleia municipal de jovens, 8.º Concurso “As cores da Cidadania” e Projeto “Promoção da Cidadania entre os Jovens”.-----

-----“**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**”-----

-----Neste período intervieram 2 cidadãos, João Carlos Matoso sobre mobilidade, estacionamento e segurança na Cotovia e Joaquim Lourenço sobre temas como a segurança rodoviária e saúde.-----

-----O **Cidadão João Carlos Matoso**, disse que gostaria de alertar para alguns problemas, designadamente na Cotovia, que na sua opinião deviam ter algum tratamento a fim de serem solucionados.-----

-----Eram questões que tinham a ver com o trânsito, mobilidade, fluidez e segurança na zona da Cotovia.-----

-----Disse começar pela rua onde se encontravam, Rua da Cotovia. Disse que como era sabido, a rua, pela sua natureza dimensional, era em toda ela proibido estacionar. Existiam alguns lugares de estacionamento designadamente em frente ao Café do Zé, junto ao talho, em frente à própria Associação, e dois lugares um pouco adiante ao minimercado do Júlio.-----

-----Acrescentou que esta zona, concretamente a rua em questão tinha dois polos de atração de trânsito, as pessoas que se dirigiam ao café e minimercado do Júlio e à Associação. A Associação tinha os lugares feitos aquando da sua construção, e no caso do minimercado não havia lugares nenhuns. Disse que como era óbvio era impossível fazer lugares de estacionamento, devido ao que já lá estava implantado.-----

-----Referiu que vivia na rua há 37 anos, em paz, até que ultimamente, tinham começado a haver *raids* de jeeps e o ataque às viaturas e condutores das viaturas estacionadas, e não era o único local onde isso acontecia. Acrescentou que de acordo com o código de estrada, artº 50º só havia uma solução, ou seja a rua não poderia ter dois sentidos, porque ao ter dois sentidos ninguém podia estacionar porque reduzia a via àquilo que era proibido pelo Código de Estrada. A Rua da Cotovia, assim como a do Areal ali

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

perto não podiam ser ruas com dois sentidos. As pessoas tinham de estacionar e a GNR para fazer cumprir a Lei aplicava multa aos carros estacionados. Lembrava-se de uma situação que tinha ocorrido há um ano atrás, aquando de uma Festa da Associação, em que o estacionamento, obviamente, não tinha sido suficiente, e as pessoas tinham estacionado ao longo dos passeios, tendo a GNR passado por lá e passado multas. -----

-----Disse tratar-se de um problema que a Câmara, na sua opinião, teria de resolver, estudando a circulação, por forma a colocar sentido único nessas ruas, caso contrário o problema persistiria.-----

-----Outra zona problemática era a das escolas, gostando de se referir concretamente à Escola Básica do 1º Ciclo. A Escola Básica 2,3 tinha 18 lugares de estacionamento, que eram obviamente completados pelos Professores. À hora de saída verificava-se uma dupla fila completa, desde a Rua Costa Gomes. Quando vinham outros carros em sentido contrário, o autocarro não conseguia passar, gerando-se uma grande confusão.-----

-----A Escola Básica do 1º ciclo, tendo 300 a 400 alunos até aos 10 anos de idade, a maior parte dos familiares vinham buscá-los de carro à escola. Quando a escola tinha sido feita, os arruamentos tinham sido feitos com uma circulação em carrossel, com 62 lugares de estacionamento, dos quais 3 reservados a deficientes. Esses lugares estavam invariavelmente ocupados até à hora de saída das crianças. Já tinha constatado, e inclusive tinha tirado fotografias, para contestar uma multa que lhe tinham passado à porta da escola, que a essa hora os lugares de estacionamento estavam completamente lotados, não havendo maneira de os familiares lá chegarem para recolherem as suas crianças, sem eventualmente serem alvos de um processo de contraordenação, como ele tinha sido. -----

-----Passou depois a referir-se aos dois cruzamentos que davam acesso à população que se deslocava da Cotovia, quer fosse para Sesimbra ou Lisboa, estando a referir-se ao cruzamento da Rua da Cotovia com a Nacional 378, e da Rua do Areal com a Nacional 378. Referiu que quando os semáforos fechavam, quem vinha no sentido da Venda Nova para Santana tinha o semáforo depois do cruzamento, ou seja, o cruzamento fechava por completo. Quem vinha da Rua da Cotovia para entrar na nacional 378 não conseguia entrar, porque quem vinha de cima fechava a entrada, e esta situação acontecia a quem vinha quer da Rua da Cotovia, quer da Rua do Areal.-----

-----Quanto a si, a solução era muito simples, pois bastava deslocalizar o semáforo no sentido de Venda Nova – Santana, para antes do cruzamento, ou seja, um antes e outro depois, pois se fechassem em simultâneo, o cruzamento ficaria aberto, pois a forma como as pessoas estavam, a fazer a entrada na via era perigosa podendo originar acidentes.-----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Cidadão **Joaquim Lourenço** expôs algumas situações relacionadas com a segurança rodoviária, nomeadamente passadeiras pouco visíveis e a falta de passeios na Rua do Areal. Também mencionou os horários de atendimento dos Centros de Saúde, sendo que quanto a si o Presidente da Câmara deveria lutar por outras condições. -----

-----A Presidente da AMS deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, para que este prestasse os esclarecimentos que entendesse necessários.-----

-----O Presidente da CMS referiu que as questões colocadas pelos munícipes eram pertinentes, sendo indiscutível que as Rua da Cotovia e Areal, eram ruas que não tinham sido dimensionadas para o trânsito que tinham à data, para a carga construtiva que vinha a ser acrescentada ao longo dos anos, não tendo sido dimensionadas com passeios e condições para a boa circulação de viaturas e peões, não havendo grande facilidade de soluções com o espaço que tinham disponível, que não a passagem por algumas das hipóteses que o munícipe João Matoso tinha apontado. -----

-----Acrescentou que, curiosamente estavam ali pessoas da Cotovia que sabiam que há mais de 10 anos, quando ainda não era Presidente da Câmara, mas sim era Vereador do Pelouro do Trânsito, tinha apresentado algumas propostas para a Cotovia, e uma delas era que a Rua do Areal passasse a ter sentido único, e na altura não tinha sido muito bem acolhida porque as pessoas não gostavam da ideia. -----

-----Acrescentou que para haver sentido único naquela rua, era também preciso que a meia rotunda na ligação com a estrada nacional 378 fosse fechada e transformada numa rotunda completa que resolveria também o outro problema dos semáforos, na medida em que estes deixariam de ser necessários. Disse julgar que a Rua do Areal, com o perfil que tinha, deveria passar a ter sentido único e nem sequer deveria ter estacionamento numa boa parte do traçado, porque para criar passeios não poderia ter estacionamento.-----

-----Uma outra solução teria de passar pelo acordo com alguns proprietários, para aquisição de uma faixa de terreno, demolição de muros, etc., mas de qualquer forma isso resolveria pontualmente uma situação ou outra, porque existiam pontos em que o estrangulamento era mesmo com casas, pelo que seria uma solução muito mais complicada.-----

-----Disse ser óbvio que era uma situação que os preocupava. Continuou dizendo que seria complicado a introdução de sentido único na Rua da Cotovia. Quanto a si teria de haver, da parte dos utilizadores, a necessidade de se deslocarem um pouco mais longe para estacionarem e fazer alguns percursos a pé, porque por exemplo ao pé da escola secundária já existiam mais estacionamento, assim como noutras zonas circundantes onde havia estacionamento disponível, no entanto era certo que as

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Alfarrobeira, quando se virava para o porto de abrigo, e ainda estava prevista uma 2ª viragem no cruzamento para o Castelo, portanto eram 3 cruzamentos que a Estradas de Portugal se propunha intervir, tendo um projeto de execução para isso, mas infelizmente esse compromisso não tinha sido cumprido. Tinha estado em PIDDAC, mas fora retirado. Depois ainda tinham falado em autoestrada, mas não avançaram nem a mais pequena nem a maior e estava tudo na mesma. -----

-----Esperava que o assunto não estivesse completamente posto de lado, mas a solução da rotunda, quanto a si, seria a melhor. -----

-----Apesar de tudo e sem excluir a solução que tinha avançado, havia sempre a possibilidade de no cruzamento, em vez de se optar por virar à esquerda, virar à direita, ir à rotunda da Venda Nova e voltar para trás, ou seja havia uma solução. Em muitos sítios, nas cidades por exemplo, tinha que se fazer às vezes deslocções de 1 Km para conseguirem inverter marcha.-----

-----Quanto às outras questões colocadas, referiu estar completamente de acordo que a Rua do Areal deveria ter um passeio, achando que num futuro próximo a CMS teria de equacionar uma solução para aquele espaço. Quanto à questão do Centro de Saúde, era um assunto sobre o qual a Câmara se vinha a debater para que a situação fosse melhor do que era à data, mas esta era também uma situação que não era única em Sesimbra, pois por todo o país vinham a encerrar Centros de Saúde, reduzidos horários, número de médicos, pelo que por muitas lutas que as populações fizessem, e vigílias que os municípios fizessem, não conhecia nenhum caso, em que se tivessem revertido decisões anteriormente tomadas de encerrar, reduzir horários, sendo que raramente vinha a haver acolhimento dessas lutas por parte de quem decidia e isso independentemente do Governo que vinha a governar. A Câmara Municipal vinha a debater-se para que se escolhesse a solução o menos penalizadora possível. Tinha sido por luta da Câmara que num primeiro momento, o SAP não tinha sido encerrado há cerca de 6 anos, quando havia a intenção de o encerrar. Tinha sido por luta da Câmara que apesar de terem sido retirados, se tinha mantido uma equipa de médicos contratada pelo Ministério da Saúde, onde já não existia em mais lado nenhum. Quando dizia luta, estava a referir-se a reuniões com os responsáveis onde tinham apelado ao bom senso para que as soluções fossem as melhores possíveis, mas também tinham ido para a rua tendo feito vigílias, através de manifestações frente ao Ministério da Saúde, assim como em frente do Centro de Saúde de Sesimbra, mas infelizmente existiam muitas pessoas que contestavam mas nestas alturas não apareciam.-----

-----Na sequencia das reivindicações feitas, apesar de tudo, tinham conseguido alguns resultados porque se era verdade que se tinha reduzido o horário do Serviço de Apoio Permanente numa hora,

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

encerrando às 21h00, também era verdade que ao fim de semana que fechava às 16H00, passara a fechar às 21H00, portanto havia um alargamento no horário de funcionamento. E também era verdade que nos meses de julho e agosto, meses em que havia maior procura da Vila de Sesimbra, o horário passava a ser sempre desde as 11H00 às 21H00. Salientou que a este nível se tinham verificado algumas conquistas que importava realçar. Existiam mais duas, que ele julgava que também eram importantes, uma era que até há data as pessoas tinham um simulacro de SAP (Serviço de Atendimento Permanente), que não era nem de atendimento nem permanente e pelo qual se pagava um valor de taxa moderadora de €10.35, iriam passar a pagar uma taxa moderadora de €5.00, apesar de tudo também era uma melhoria, porque supostamente tinham um serviço de urgência pelo qual se pagava uma taxa moderadora mais cara, e acabava por não ser Serviço de urgência, porque os médicos acabavam por enviar as pessoas para Setúbal, não fazendo um atendimento como devia ser. Embora pudesse acontecer a mesma coisa, pelo menos nalguns casos, pagava-se muito menos.-----

-----Finda a intervenção do Presidente da CMS, **a Presidente da AMS** deu início ao Período da “Ordem de Trabalhos”, abrindo a discussão do 1º ponto **Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento’2015 – Mapa de Pessoal**-----

-----Informou que este ponto tinha sido apreciado ao nível das Comissões Permanentes, tendo estado presente o Presidente da Câmara, o Vereador José Polido, assim como os Técnicos Aníbal Sardinha e Graça Candeias. Nessa reunião haviam sido colocadas algumas questões por parte dos Deputados, contudo não tinha sido manifestado nenhum sentido de voto.-----

-----A Presidente da AMS deu a palavra ao Presidente da CMS, para que este fizesse a apresentação do documento.-----

-----**O Presidente da CMS** referiu que para além da reunião das Comissões para apresentação das GOP, referida pela Presidente da AMS, tinham sido realizadas reuniões de trabalho com os representantes das forças políticas, que ao abrigo do estatuto da oposição não tinham representação no executivo municipal, onde tinha sido feita uma apresentação pormenorizada das GOP e do orçamento da Câmara para 2015, e na própria Câmara Municipal, onde estavam representadas as outras forças políticas, também tinha havido discussão e apresentação do orçamento, pelo que a maioria dos presentes já tinha conhecimento do assunto em questão. -----

-----Acrescentou que uma vez que estavam numa sessão aberta ao público, pelo respeito que lhes mereciam os munícipes presentes procuraria fazer uma intervenção sucinta daquilo que o documento continha e das bases que tinham estado na sua construção e nas suas propostas.-----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Passou a referir que o orçamento da camara municipal para 2015, ao nível das receitas, previa uma receita corrente de cerca de 44,7 milhões de euros, que era basicamente igual à previsão da receita corrente do orçamento para 2014. Ao nível do capital tinham uma previsão de receita de 2,1 milhões de euros, sendo que há um ano atrás tinham uma previsão bastante superior de cerca de 10,1 milhões de euros, porque existiam fundos comunitários por receber relacionados com obras financiadas e também a utilização de empréstimos que permitiam antever uma receita maior e também uma perspectiva de alienação de património que justificava essa receita. Tinham assim uma receita global prevista no orçamento de cerca de 46,9 milhões de euros, que ficava cerca de oito milhões aquém do orçamento inicial e cerca de 10 milhões aquém do orçamento final de 2014. -----

-----Relativamente às despesas, a despesa global corrente prevista eram cerca de 33,9 milhões de euros, cerca de 4 milhões de euros abaixo da receita prevista no ano de 2014, portanto aqui havia uma redução da despesa corrente prevista. Também tinha a ver com a melhoria da situação financeira do município, uma vez que no orçamento para 2014 havia uma dívida de curto prazo substancial e que estava contemplada no próprio orçamento. Também em termos das despesas de capital, havia uma redução que naquele momento apontava para uma despesa de 12,9 milhões de euros. No ano anterior a despesa de capital previsto era de cerca de 17 milhões de euros, portanto cerca de 4 milhões de euros a mais, mas também era verdade que na despesa de capital, por um lado, havia despesa que vinha dos anos anteriores e que não estava aí contemplada, também havia um volume de obras maior do ano de 2014, porque tinha sido um ano onde ainda se tinha concluído um conjunto de obras com recurso a financiamentos comunitários dos quais podia destacar a Fortaleza de Santiago ou as obras de saneamento na freguesia do Castelo, para citar aquelas que tinham um maior valor financeiro, que se tinham concluído e que tinham tido concretização durante o ano de 2014. -----

-----Tinham assim um orçamento global, que era um orçamento bastante realista. Estas despesas, ao nível das receitas estavam perfeitamente sustentadas naquilo que era a receita arrecadada durante o ano de 2014. Estavam no final do ano pelo que estavam a falar com conhecimento de causa, de números quase finais em relação à receita arrecadada em 2014 e que permitia antever e fazer uma projeção de receita para o ano de 2015 bastante bem sustentada. -----

-----Uma das receitas fundamentais do município era a dos impostos diretos que contemplava a receita do IMI, do Imposto Único de Circulação (IUC), a receita do imposto Municipal de Transações (IMT) e a Derrama. No seu conjunto, esta receita que no ano de 2013 atingira os 15,1 milhões de euros, tudo apontava pelos dados que tinham disponíveis, e com essa projeção que tinham na página da autoridade

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

tributária, que até ao final deste ano, iriam arrecadar cerca de 16,9 milhões de euros, o que correspondia a quase cerca de 90% da previsão de receita estimada para o Orçamento de 2014. A receita de dezembro só entraria em janeiro, não contando para as receitas do presente ano fiscal. -----

-----Em termos de IMI deveriam arrecadar uma receita de cerca de 12 milhões de euros, de IUC uma receita de 1,3 milhões de euros e de IMT, uma receita de 3,1 milhões de euros. Em termos de Derrama 426 mil euros. Esta que era uma receita muito importante, este ano deveria atingir quase 17 milhões de euros e a previsão que tinham para o ano seguinte era de 19,8 milhões de euros, previsão sustentada por um lado no crescimento esperado da receita do IMI, que não tinha a ver com o aumento da taxa pois a mesma vinha a manter-se estável desde há alguns anos, mas tinha sim a ver com a última avaliação de património que tinha havido no país. -----

-----Relativamente às pessoas que tinham tido aumento do valor patrimonial, o aumento do valor do IMI era feito de forma gradual, ao longo de três anos, sendo que o ano 2015 correspondia à última *tranche* dessas 3 fases, pelo que se em 2014 tinha havido um crescimento do IMI, de quase dois milhões de euros, era perfeitamente estimável que no ano seguinte houvesse um crescimento semelhante ao que tinha havido nesse ano, o que permitia antever a receita de IMI para 2015. O valor estimado incluía o valor de IMI, uma relativa estabilização das receitas do IUC, IMT e Derrama e uma recuperação de dívidas, que eram conhecidas, estimando-se que pelo menos uma parte delas pudesse ser arrecadada durante o ano seguinte, pelo que esta projeção não andaria muito longe da realidade. -----

-----Os outros valores muito significativos eram das taxas, multas e outras penalidades, sendo a previsão de receita de 3,2 milhões de euros. No ano de 2014 a receita andava pelos 2,2 milhões de euros, estimando-se um crescimento de cerca de um milhão de euros nesta receita, o que não era nada de extraordinário, estando em média com aquilo que eram as receitas médias dos últimos anos. O município já tinha tido períodos de arrecadar valores muito superiores a este, na ordem dos 7/8 milhões de euros. Explicitou que este valor tinha a ver com aquilo que eram as receitas médias de processos que davam entrada na Câmara ao longo de um ano normal, acrescidas de alguma recuperação de dívidas, como o caso das AUGIS do Casal do Sapo onde havia uma dívida ainda significativa e pelo menos uma parte dela tinham a expectativa de que pudesse vir a ser arrecadada. -----

-----Nas transferências correntes a receita estimada era aquela que constava do Orçamento de Estado, que seria transferida do Estado para o município de Sesimbra e que correspondia ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e à quota-parte do IRS (5%) dos munícipes de Sesimbra que eram transferidos para o município. -----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto à venda de bens e serviços correntes, estavam a falar das receitas provenientes do tarifário da água, do saneamento, recolha do lixo, rendas, cemitérios, parques de estacionamento, parque de campismo, entre outras coisas, mas a receita mais avultada resultava dos 3 serviços prestados pela Câmara. Tinham uma expectativa de receita de cerca de 13,8 milhões de euros para 2015, sendo que a receita para o ano de 2014 andava em cerca de 11 milhões de euros no final do ano. Também aqui estavam a estimar uma recuperação de dívidas durante o ano seguinte, para além de uma ligeira atualização dos serviços urbanos que ocorreria no ano seguinte na ordem dos 3%.-----

-----Os 44 milhões de euros de receitas correntes, como tinha acabado de demonstrar, eram valores bastante credíveis e naturalmente, como era uma previsão, estava sempre sujeita a alguma falha, mas ainda assim, tendo em conta os números do corrente ano, não andaria muito longe desse valor.-----

-----No que respeitava às receitas de capital, também elas estavam perfeitamente estribadas naquilo que eram valores credíveis e estavam a falar do FEF capital, que era uma transferência do Orçamento de Estado, e de cerca de um milhão de euros provenientes de fundos comunitários ainda por arrecadar. --

-----Acrescentou que aquele valor até poderia ser superior, em cerca de seiscentos mil euros, pois quando esta estimativa tinha sido feita não existia ainda a informação da aprovação de duas candidaturas que tinham feito no final do Verão, com contratos já assinados, e provavelmente essa receita não entraria no presente ano mas sim no ano 2015.-----

-----Além disso estavam também estimadas duas receitas, uma proveniente dos proprietários da Quinta do Conde que tinha a ver com o loteamento municipal da Ribeira do Marchante, de cerca de oitocentos e cinquenta mil euros, e ainda uma pequena receita de cerca de cem mil euros de proprietários da Lagoa de Albufeira de AUGIS, cujas obras de urbanização estavam a ser assumidas pela Câmara Municipal e ainda existiam alguns valores a receber do conjunto das AUGIS.-----

-----Estes números eram também bastante credíveis. Não estavam a prever para o ano de 2015 nenhuma receita extraordinária proveniente da Direção de Património, até porque a Lei, naquele momento, proibia a previsão de receitas extraordinárias a esse nível, e tinham de utilizar sempre aquela que era a média dos últimos 3 anos nessas receitas, e como sabiam nos últimos 3 anos tinham vendido muito pouco património, a média que dispunham era de sessenta mil euros.-----

-----Quanto à despesa, o valor mais significativo eram as despesas com pessoal. O volume de despesas com pessoal da Câmara, com salários, prestações de Serviço, transferências para a Segurança Social e para a caixa Geral de Aposentações, trabalho extraordinário, vários abonos entre outras despesas relacionadas com o Pessoal, estava estimado em 17,6 milhões de euros, que era um valor que não

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

poderia ultrapassar, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado, a despesa efetiva que tivessem durante o ano de 2014. De momento ainda não existia uma previsão final dessa despesa até porque para além das despesas com salários ainda existiam pagamentos à ADSE, sendo que no mês de dezembro iria ser feito um pagamento que tinha a ver com uma dívida que ficaria completamente regularizada em 2014, que fazia crescer a despesa que naquele momento estava registada. -----

-----Tendo em conta que o município, nos últimos anos, tinha visto profundamente reduzido o número de pessoas ao seu Serviço, por via das políticas orçamentais e orientações do Governo, que tinha obrigado a uma redução efetiva de 2%, sendo que no caso do município de Sesimbra o nível de aposentações tinha acabado por superar os 2%, mas a lei do Orçamento de Estado não permitia novas contratações, a não ser em casos muito excecionais devidamente fundamentados. -----

-----No Município de Sesimbra, além das aposentações, alguns trabalhadores haviam rescindido os contratos e tinham ido à procura de empregos mais bem remunerados porque, ao contrário do que se especulava e pensava, a esmagadora maioria dos trabalhadores da função pública tinha salários muito baixos, muito próximos do salário mínimo nacional, havendo muita gente que naturalmente tinha tentado procurar melhores condições. -----

-----Também alguns funcionários haviam optado por emigrar apresentando pedidos de licença sem vencimento, sendo que o conjunto destas situações ao longo dos últimos 3/4 anos levava a um decréscimo de mais de 200 trabalhadores no mapa de pessoal da Câmara Municipal. Isto fazia mocha, pois em muitos casos eram trabalhadores operacionais, criando dificuldades naquilo que eram os serviços urbanos da CMS, na recolha do lixo, nas roturas das águas, no tratamento dos espaços verdes. -----

-----Era intenção da CMS, com a possibilidade que lhes tinha sido dada, colmatar esta situação, repondo pelo menos os lugares que se estimavam perder durante o ano de 2015, com novas contratações para os serviços operacionais. -----

-----Nas aquisições e serviços, a verba prevista para despesas rondava os 13,2 milhões de euros e no ano anterior eram 16 milhões de euros, havendo aqui também uma redução significativa que tinha a ver com a melhoria da situação financeira e a redução da dívida a terceiros. -----

-----Também havia uma redução nos juros e outros encargos, havendo uma previsão para oitocentos e sessenta e sete mil euros, sendo que no ano anterior era de mais de um milhão de euros. Nas transferências correntes, pelo contrário tinha havido um ligeiro agravamento, que tinha a ver com as transferências quer para as IPSS, quer para a administração local nas freguesias. Nos subsídios o valor era semelhante ao do ano anterior, de sessenta mil euros, portanto tinham um total de despesas correntes

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de 34,2 milhões de euros.-----

-----Nas despesas de capital, o valor estimado era de quase dez milhões de euros, quase 4 milhões de euros abaixo daquilo que tinha sido no ano anterior, 13,8 milhões de euros e que tinha a ver essencialmente com investimentos. O grosso das despesas de capital tinha a ver com investimento. Também com transferências de capital, cerca de seiscentos mil euros e com passivos financeiros, com a amortização de empréstimos, esperando-se que houvesse uma amortização de empréstimos de médio longo prazo, no montante de quase dois milhões de euros e ainda assim abaixo daquilo que tinha sido a amortização do ano de 2014. -----

-----Tudo isto significava uma estimativa de despesas de capital de 12,6 milhões de euros. Estava assim justificada a previsão de receitas e a previsão de despesas.-----

-----Relativamente à dívida disse que era uma questão que os vinha a preocupar ao longo dos últimos anos. A Câmara Municipal tinha atingido um nível de endividamento com algum significado, ainda que ao abrigo da nova lei das Finanças Locais estivesse perfeitamente dentro dos valores de referência que a lei apontava.-----

-----Acrescentou que, como era do conhecimento geral, a lei das finanças locais previa que a situação dos municípios só era considerada crítica quando ultrapassava uma vez e meia a média da receita corrente dos últimos anos. A CMS estava muito longe desses valores. Tinha atingido em 2012 o valor mais alto da dívida total da Câmara tendo chegado a 34,9 milhões de euros, 19,6 milhões de euros de dívida de curto prazo e 15,3 milhões de euros de dívida de médio-longo-prazo. -----

----- No país existiam municípios que estavam com graves problemas financeiros, o que não era propriamente o caso de Sesimbra que estava com o valor que representaria 110% da receita média do município e que no final do ano estaria francamente abaixo dos 100%, até porque a média da receita corrente iria subir com os resultados de 2014 e ao mesmo tempo a dívida total iria baixar, pelo que andaria com um valor abaixo dos 90% do valor de referência da Lei das Finanças Locais.-----

-----Em 2012 tinham atingido a situação mais complicada e em 2013, com a utilização do PAEL tinha sido possível reduzir substancialmente a dívida de curto prazo, que tinha passado de 19,6 milhões de euros para 9,9 milhões de euros no final do ano de 2013. Proporcionalmente a dívida de médio e longo prazo tinha crescido, porque o PAEL tinha servido exatamente para transformar dívida de curto prazo em dívida de médio longo prazo. Tinha passado dos 15,3 para 22,9 milhões de euros e no final do ano anterior ainda assim tinham reduzido a dívida global em cerca de dois milhões de euros, portanto tinham fechado o ano com uma dívida total de cerca de 32,9 milhões de euros. -----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse depois que a dívida de curto prazo incluindo o empréstimo de curto prazo que ainda não tinha sido liquidado mas que iria ser liquidado na próxima quinzena, a dívida de acordos que não constavam da despesa prevista para o ano de 2014, porque eram acordos que previam o seu pagamento ainda no ano de 2015 e 2016, acordos de pagamento com a AMARSUL e com a SIMARSUL, cerca de um milhão de euros, portanto incluindo o milhão e meio da dívida de curto prazo, a dívida atualmente rondaria os 10 milhões de euros. -----

-----A dívida de médio longo prazo já não iria sofrer alterações até ao final do ano porque o que havia para amortizar já tinha sido amortizado, não havendo novas amortizações a fazer na próxima quinzena. Estava naquele momento em 21,18 milhões de euros, ou seja, uma redução de cerca de 1,8 milhões de euros em relação à dívida de médio longo prazo que existia no final do ano anterior. -----

-----Tinham amortizado mais de dois milhões de euros, mas ainda tinham utilizado um empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) de um milhão de euros, portanto, o saldo entre as duas coisas dava 1,7 ou 1,8 milhões de euros, ou seja, um dívida total de cerca de 30,18 milhões de euros, mas essa situação sofreria uma alteração bastante significativa na próxima quinzena porque iria haver uma arrecadação significativa de receita no final do ano que tinha a ver com a *tranche* do IMI que era paga e arrecadada pela Câmara no último mês e que iria permitir que no final de 2014 ficassem com uma dívida de curto prazo de cerca de 7 milhões de euros, com uma dívida de médio longo prazo de 21,18, ou seja uma dívida total pouco acima dos 28,18 milhões de euros. -----

-----Isto significava que em dois anos tinham uma redução de quase 35 milhões de euros para quase 28 milhões de euros, ou seja quase 7 milhões de euros de redução da dívida global da Câmara, o que ele pensava que era um dado muito significativo da recuperação e sem terem parado com as obras que tinham estado a fazer no município nos últimos dois anos. Tinha sido um esforço grande, com uma boa capacidade de utilização dos fundos comunitários e das receitas do município, que permitiram fazer em simultâneo, as obras que tinham dado muito trabalho a conseguir os respetivos financiamentos e que seria uma pena não os utilizarem, e ao mesmo tempo conseguirem ter a dívida controlada e até reduzi-la de forma muito substancial. Acrescentou que previam ainda assim passar o ano com um saldo que poderia rondar no mínimo meio milhão de euros, porque eram meses mais complicados. -----

----- Acrescentou que no final do ano estariam muito próximo de atingir o objetivo de não ter dívida a mais de 90 dias, que era o limite legal previsto na Lei. Há 3 meses, atrás tinham, com exceção das que estavam em acordos de pagamento, e ainda assim era uma matéria sobre a qual poderiam ponderar alterar esses acordos e se no princípio do ano entrasse o dinheiro dos fundos comunitários que tinha

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

referido, poderiam eventualmente regularizar ou antecipar o pagamento dessas dívidas que tinham juros superiores aos próprios juros da banca, pelo que se calhar era boa política fazê-lo mas iriam passar com um saldo seguramente superior a meio milhão de euros, que também permitiria gerir a situação no primeiro mês, até porque como sabiam era intenção solicitarem autorização à Assembleia para a contração de um empréstimo de curto prazo que usariam se houvesse necessidade e no momento que considerassem mais adequado, pois só à medida que o usassem é que teriam de pagar os juros respetivos. -----

-----Relativamente àquilo que eram as Grandes Opções do Plano para o ano 2015, os grandes números estavam apresentados. As GOP tinham um valor global de cerca de 18,5 milhões de euros e desse valor cerca de dez milhões de euros eram investimento puro, ou seja, apesar de ser um ano com uma redução do investimento relativamente ao ano anterior e apesar de ser um ano em que esse investimento já não estava nem alavancado em fundos comunitários nem em empréstimos bancários, pois era essencialmente receita corrente que era transferida para despesa de capital, poupança corrente do município que era utilizada para despesa de capital e ainda assim estimavam poder avançar com um investimento de cerca de 10 milhões de euros. Dos 18 milhões de euros das GOP, a educação teria um investimento de cerca de 1,8 milhões de euros. A cultura, desporto e juventude de 2,5 milhões de euros. A ação social de 381 mil euros, a habitação e urbanização de 2,7 milhões de euros, o saneamento de 1,8 milhões de euros, na proteção civil de 445 mil euros. O desenvolvimento económico e abastecimento público, de 2,6 milhões de euros dos quais cerca de 1,5 milhões de euros eram só para a parte do abastecimento da água. As comunicações e transportes, teriam um investimento de cerca de 2,4 milhões de euros. O meio ambiente, de 325 mil euros e as atividades de meio de 3,3 milhões de euros, dos quais cerca de 2,2 para instalações, viaturas e equipamentos. -----

-----Nas principais ações e projetos a destacar, referiu que para além dos projetos financiados por fundos comunitários, existiam alguns projetos embora num valor relativamente pequeno. Disse estar a falar da Mãe da Água do Cabo Espichel, cujas obras estavam a arrancar naquele momento, da requalificação do mercado de Sesimbra, que também tinha conseguido uma candidatura aprovada pelo Fundo Europeu das Pescas – PROMAR, num investimento de cerca de 300 mil euros. A instalação do Museu do Mar na Fortaleza de Santiago, que deveria ocorrer durante 2015 e ainda um projeto de reflorestação e hortas urbanas numa 2ª fase de um projeto de hortas urbanas na Quinta do Conde também com financiamento do PRODER. -----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Eram projetos que estavam em processo, alguns já no terreno, outros em fase de contratação, que seriam concretizados durante o ano de 2015. Tinham elegido como prioridade importante para o ano de 2015 a reabilitação da rede viária do concelho com especial enfoque na Freguesia do Castelo, na medida em que era a Freguesia que tinha a maior rede viária e a mais degradada das várias áreas do concelho.-----

-----Havia o compromisso da Câmara Municipal em relação a vários arruamentos que estavam em terra batida e nunca tinham sido asfaltados de, depois de completada a obra de saneamento, numa fase seguinte se avançar para a pavimentação.-----

----- O compromisso era para cumprir no ano de 2015, onde cerca de dois milhões de investimento eram destinados ao asfalto, não só na Freguesia do Castelo, pois também nas outras duas Freguesias, apesar da maior concentração de investimento se ir verificar na Freguesia do Castelo.-----

-----Praticamente em todos os aglomerados urbanos haveria intervenções de pequenos arruamentos.

-----A intenção era que ao longo deste mandato pudessem intervir em todas as ruas onde tinha havido intervenção ao nível de saneamento. Existiam também arruamentos que não tinham rede de saneamento e que se a disponibilidade financeira do município o permitisse, naturalmente procurariam melhorar a questão da rede viária. Também existiam verbas previstas para reparação de arruamentos que estavam degradados, com buracos, valetas por fazer, etc..-----

-----Uma outra área, a que iam dar particular atenção, até porque tinham sido áreas relativamente abandonadas nos últimos anos, porque tinham colocado o enfoque na aplicação das receitas do município para alavancar os fundos comunitários que iam conseguindo para fazer obras, e estavam a falar de obras que sem os fundos comunitários seriam completamente impossível de realizar. Lembrou que nos últimos dois mandatos, e na ultima fase do mandato do PS, tinham investido mais de dez milhões de euros no saneamento básico da Freguesia do Castelo, o qual, se não tivessem existido financiamentos comunitários bastante significativos, teria sido completamente impossível, portanto tinha havido a necessidade de alocar o dinheiro disponível àquelas obras sendo impossível ter “sol na eira e chuva no nabal”, ou seja ter dinheiro para alocar àqueles projetos e ao mesmo tempo fazer outras obras. Existiam outros projetos que naturalmente tinham ficado para trás. Tinha piorado a recolha do lixo, existiam mais buracos nas ruas que não tinham conseguido tapar e isto porque tinha havido menos dinheiro e não havia máquina operacional. Há 3 anos, no auge da situação financeira crítica que o município atravessara, existiam enormes dificuldades até em manter o parque de máquinas operacional, na medida em que subsistiam dívidas a terceiros bastante complicadas de gerir, e tudo isso tinha tido impacto na

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

degradação dos serviços que prestavam à população. Estava confiante que, com o quadro financeiro que tinha apresentado, e com os objetivos elencados, nos próximos anos estariam em condições de recuperar esse passivo em termos de melhoria dos serviços urbanos à população, melhoria da rede viária e melhoria dos espaços verdes.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção dizendo que também dava destaque ao abastecimento de água, num investimento de cerca de um milhão e meio de euros. Na habitação e urbanização havia uma verba de cerca de dois milhões de euros para investir, onde destacava as obras de urbanização da Lagoa de Albufeira, que no fundo era a utilização de verbas pagas previamente pelos proprietários da Lagoa, ou seja, não era um investimento do município, tratava-se de verbas já arrecadadas com base num protocolo com as administrações dessas géneses urbanas ilegais e era a Câmara que seria a dona da obra e faria as obras.-----

-----Na Ribeira do Marchante, também com um acordo que tinha havido com a AUGI 18, estava para arrancar, a curto prazo, a obra de eletrificação a qual, como era do conhecimento geral, tinha sido completamente vandalizada, pelo que iriam fazer um investimento de cerca de 400 mil euros na reabilitação da rede elétrica e telecomunicações dessa AUGI. A CMS também tencionava avançar com a 1ª fase das obras de urbanização do loteamento municipal da Ribeira do Marchante, que visava a constituição nessa 1ª fase de cerca de 120 lotes para permutas com pessoas que tivessem lotes em zonas verdes e zonas de equipamento na Quinta do Conde, também aí com recurso ao pagamento que os próprios munícipes iriam fazer, no adiantamento de uma 1ª *tranche*, sendo com essa verba que a CMS saldaria esses compromissos, razão pela qual as receitas apareciam referidas, porque havia uma contrapartida em termos de despesas com obras.-----

-----Ao nível da habitação social, no Bairro Infante D. Henrique seria aproveitado um conjunto de espaços térreos que estavam destinados a garagens, numa 1ª versão do projeto, tendo a CMS concluído que seria um desperdício utilizá-los como garagens, quando existia tanta necessidade de habitação social, pelo que a CMS tinha reformulara, criando um conjunto de 12 TO, com um investimento na ordem dos 10 mil euros por cada um, criando espaços para pessoas que vivessem sozinhas.-----

-----Continuando disse também que continuavam a garantir a transferência de uma verba significativa para os Bombeiros.-----

----- Na área da cultura e desporto, aparecia uma verba significativa para o funcionamento da Piscina do Grupo Desportivo de Sesimbra com base no contrato que a Câmara tinha celebrado com o Clube para



Assembleia Municipal de Sesimbra

poder manter a piscina aberta ao serviço dos munícipes do concelho e mais em particular daqueles que residiam mais próximo.-----

-----Finda a intervenção do Presidente da CMS, foi dada a palavra aos grupos municipais, tendo solicitado o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues**.-----

----- O Deputado disse que os Deputados do MSU tinham como princípio, nas suas intervenções, terem consistência e coerência, que esperavam manter até ao final do mandato, e era na sequência desses dois princípios que gostaria de lembrar aquilo que tinham dito em relação ao orçamento de 2014, o qual não tinham votado favoravelmente e tinham tido o cuidado de exaustivamente fazer referência a cada um dos pontos principais daquilo que achavam onde o orçamento tinha desvios mais que significativos. O MSU entendia que o orçamento tinha de ser um documento que era uma previsão e isso era indiscutível, mas só era aceitável dentro de desvios que consideravam razoáveis. Há um ano tinham dito que dos 54 milhões, haveria um desvio na ordem dos 9 milhões em relação às verbas apresentadas. Disse ser evidente que esses 9 milhões se dividiam em receitas correntes e receitas de capital. O que era certo era que no orçamento de 2015, a previsão de receitas em relação a 2014 tinha reduzido oito milhões de euros. O que queria dizer com isto era que o orçamento para 2015 efetivamente estava feito de forma ajustada à realidade. Os Deputados do MSU partilhavam e corroboravam que o orçamento tivesse atingido este desígnio pois mesmo que houvesse, eventualmente, alguns desvios, o desvio possível de cerca de um milhão de euros estava dentro dos parâmetros que consideravam normais, que seria entre 5% para cima e 5% para baixo, os 9 milhões em relação ao ano anterior correspondia a 16/17% do desvio previsível. -----

-----Disse compreender o facto, mas competia aos Deputados, na Assembleia, dizê-lo e referi-lo, e na altura tinha sido dito e ele dava-o como certo, que os orçamentos tinham uma série de regras normativas e que muitas vezes obrigava a que algumas verbas tivessem que de alguma forma serem inflacionadas, e felizmente para 2015 não seria necessário. -----

-----Aquilo que os Deputados do MSU recomendavam ou apelavam era que, dos Deputados presentes que tivessem assento na Assembleia da República, junto dos legisladores, pudessem de certa forma ajustar os orçamentos para que fosse possível às Câmaras, com a maior das naturalidades, apresentarem sempre a realidade para o ano seguinte, pois o que se pretendia era a verdade das coisas para que se pudesse votar em consciência essa realidade. Não queriam votar um documento que já sabiam de antemão que não correspondia à realidade. Disse estar muito satisfeito de há data estar a votar um documento que se ajustava à realidade, podendo até superar, ou ficar aquém, mas sempre dentro de

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma margem que considerava razoável.-----

-----Na sua opinião deviam ser respeitados pelo menos 3 pontos essenciais, o 1º era a adesão à realidade para que se pudesse votar um documento que na realidade era o que iria acontecer e esse ponto estava respeitado no orçamento para 2015.-----

-----O 2º ponto era o equilíbrio do orçamento, e o orçamento era equilibrado. As receitas correntes cobriam perfeitamente as despesas correntes e além disso tinham 10 mil euros a mais, que permitia cobrir 80% das despesas de capital. Isso dava uma margem de equilíbrio ao orçamento, e portanto achava que estava cumprido e que respeitava o 2º ponto de exigência de um orçamento bem elaborado.

-----O 3º ponto era que o orçamento pretendia refletir as Grandes Opções do Plano, ou seja tinha nºs mas estes queriam dizer uma realidade. Este orçamento ia ao encontro daquilo que o MSU considerava importante para as populações do Concelho ao nível do ensino, rede viária e tudo o que estava associado ao Concelho de Sesimbra. Dava especial referência à Mãe de Água porque tinha um carinho muito especial pelo Cabo Espichel e esperava que a curto prazo houvesse uma decisão favorável ao executivo para que pudesse arranjar uma solução definitiva para o problema, mas era um passo para a melhoria daquela área - a Mãe de Água e as Ordens dos Peregrinos.-----

-----Relativamente às GOP, o Deputado disse que fizera um ranking das principais despesas não para o ano de 2015 mas para os próximos 4 anos, até 2018. Nesse ranking a 1ª rubrica era resíduos sólidos de 3.690.000 euros, a 2ª rubrica era consumo de iluminação pública no Concelho de 3.600.000 euros, a 3ª rubrica na rede viária de 2.000.000 euros, em 4.º lugar a ação social escolar – refeitórios, subsídios de almoço, aquisição de serviços, 1.973.000, em 5º o planeamento urbanístico, loteamento municipal da Ribeira do Marchante, 1.540.000 euros, em 6º água e recursos hídricos, informatização da leitura e cobrança, aquisição de serviços 1.280.000 euros, em 8º a rede viária reabilitação da rede viária da Quinta do Conde 1.230.000 euros, em 9º lugar o desporto, protocolo com o Grupo Desportivo de Sesimbra 1.200.000, em 10º a proteção civil, bombeiros, 1.160.000 euros, em 11º o desporto, apoio ao movimento associativo desportivo, subsídios a instituições na globalidade, 1.020.000 euros, em 12º a água, recursos hídricos, central de produção da Quintela, Sistemas associados 950.000 euros, em 13º o planeamento urbanístico, obras das urbanizações das AUGI Lagoa de Albufeira, 921.000, em 14º a educação, 2º e 3º ciclos 900.000 euros, em 15º a educação, ensino secundário, transportes, 780.000 euros e por último a rede viária com conservação de estradas, caminhos e arruamentos, 720.000 euros. Eram rubricas individualizadas, mas nomeadamente na conservação de estradas, caminhos e arruamentos, existia uma série de subdivisões, cujo índice global era muito superior para o quadriénio.-----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A AMS tinha que tomar decisões sendo que o coração e a paixão também estavam sempre presentes, mas não se podia esquecer que também tinha de haver razão, e todos tinham consciência que o valor de envolvimento no GDS era um valor que tinha reflexos naquilo que o executivo poderia fazer noutras áreas que todos reclamavam, onde se podia fazer mais. Na sua opinião, o Município tinha sido mal defendido no protocolo que celebrara. Para além das despesas de manutenção, aquecimento mas que poderiam ser compensadas com algumas receitas, estava-se a falar de despesas que atingiriam 1.200.000 de euros. Falava para alertar para situações futuras que esperava não acontecessem, porque independentemente da paixão, a AMS devia ter a noção de que estava a gerir fundos da comunidade, das contribuições dos cidadãos de Sesimbra e do País daquilo que vinha como apoio. Julgava que este alerta era muito importante para que se houvesse situações futuras houvesse hipótese de ponderar com antecedência as decisões, porque a AMS havia sido confrontada com uma proposta em cima do tempo com grande urgência que não dera tempo para a CMS poder receber alguns *approaches* da AMS, se achasse que merecia consideração e respeito cada um dos deputados, para que no futuro não existissem situações idênticas.-----

-----**O Deputado Manuel José Pereira** tomando o uso da palavra, iniciou por cumprimentar em nome do Grupo Municipal do PS, todos os presentes. Agradeceu à Associação Cultural e Desportiva da Cotovia a disponibilização da sala para os trabalhos da AMS. Agradeceu ao Grupo Coral A Voz do Alentejo, cuja atuação tivera muito gosto em ouvir. Acrescentou que o Congresso do PS fora realizado 2 dias depois da decisão e tivera a oportunidade de ter no Congresso 2 grupos a atuar que também fora uma forma de homenagear a aprovação da Candidatura.-----

-----Informou depois que recebera o Relatório do ROC relativamente ao 1º semestre de 2014. A data não era muito própria mas 2ª feira comentaria esta situação aquando da discussão e apreciação da informação da atividade municipal.-----

-----No que respeitava à proposta de orçamento e GOP para 2015 começou por referir que até pela intervenção do Presidente da CMS, sem a alegria e tom polémico, finalmente estava-se perante um orçamento realista, e como o Presidente da CMS referia, era o ano para arrumar a casa.-----

-----Considerava que era o orçamento mais sem graça porque não trazia grande polémica ou discussão. De facto era um orçamento mais realista mas por imposição exterior, porque o Município tivera anos de grande investimento, infelizmente nem todos conseguiram ser concretizados, alguns não acabados, mas investimentos esses que obrigaram, não só a que a CMS reduzisse a sua capacidade de prestar serviços noutras áreas, coincidentes com período de crise em que as famílias e empresas

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

sesimbrenses bem haviam sofrido para que a CMS pudesse fazer o seu programa de investimento. Enfim, a obra estava feita, o saneamento da Freguesia do castelo estava praticamente concluído. -----

----- Algumas coisas não tinham sido tão boas como deveriam ter sido, mas o que era certo era que o orçamento ainda que reduzisse cerca de 14 milhões de euros em relação ao ano anterior, nomeadamente na área das receitas globais, como a redução da receita mais forte era na receita de capital, a receita corrente embora reduzisse ia obrigar a um esforço adicional das famílias sesimbrenses direto em impostos e em taxas em cerca de mais de 2 milhões e meio de IMI, mais 600 mil de euros de IRS e mais 1 milhão e duzentos de tarifas de saneamento de água e lixo, fosse pelo aumento do tarifário, fosse pelo aumento de contribuintes na matéria porque todos sabiam que a ligação ao esgoto não estava a ser fácil de ser feita porque existiam muitos contribuintes que não tinham dinheiro para fazer a obra de ligação. Provavelmente a CMS ia ter de aumentar o *plafond* do Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Habitabilidade (RMARH) para que as ligações pudessem ser feitas ou permitir o pagamento em prestações. Ou seja, embora a CMS tivesse um orçamento menor em cerca de 14%, o contributo das famílias sesimbrenses era superior ao do ano anterior, para que a despesa corrente da CMS tivesse que ser assegurada, porque era um orçamento em que o próprio investimento caía cerca de 30% em relação ao investimento de 2014, e quando se fechasse as contas, como aliás era costume, o investimento previsto caía ainda mais do que caía no início do ano. -----

----- Como era do conhecimento as alterações orçamentais sucessivas ao longo do ano iam retirando ao investimento e aumentando as correntes. Sempre assim fora e sempre assim continuaria a ser, o investimento caía 30% mas a despesa corrente só caía 8%, e à semelhança do que acontecia com investimento ia acontecer o contrário, no fim do ano não ia cair os 8% ia cair menos porque existiam questões que era preciso manter como os apoios na área social, às instituições da área da cultura, desportiva, etc -----

----- Por exemplo na redução da fatura energética não se estava a conseguir grandes ganhos a esse nível, pelo menos no orçamento não era claramente visível, quando era uma preocupação de grande parte dos municípios como era sabido, e isto porque a pressão que aquelas instituições da área social continuariam a fazer sobre o município eram tão mais fortes quanto menos fossem os apoios do Estado e que o Governo através do seu próprio orçamento conseguia conceder naquelas matérias. -----

----- Caindo o investimento em cerca de 30%, a despesa não cairia sequer os 8% que estava previsto ao nível do orçamento inicial. -----

----- No orçamento da receita de capital não estava prevista, o próprio presidente da CMS assumia e

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

bem, que este não era o ano para se mobilizar empréstimos, a menos que existisse necessidade disso em função de alguns apoios que ainda pudessem aparecer da União Europeia, mas no ano seguinte ou no outro talvez se conseguisse pensar noutra empréstimo para reabilitar os níveis de investimento que entretanto se foram perdendo este ano. -----

-----A carga fiscal que era um problema tão sério para o PCP ao nível nacional, ao nível dos orçamentos de estado, na CMS não era um problema tão grave quanto isso, aumentava-se a carga fiscal até os contribuintes poderem aguentar para financiar o que se queria fazer. -----

-----O grande ciclo do investimento foi um ciclo de abrandamento grave da atividade económica e abrandamento dos rendimentos das famílias, porque se o rendimento disponível das famílias não fosse tão causticado como estava a ser no Concelho, as famílias também teriam dinheiro para impulsionar a própria economia local. Essa era uma norma que o Governo não via mas a CMS também não estava a ver. Do ponto de vista do Grupo Municipal do PS quanto mais se carregasse as famílias em termos do seu rendimento disponível com as contribuições que pagavam, menos a atividade económica reagia porque as famílias contribuíam para o desenvolvimento económico. -----

----- O Presidente da CMS poderia argumentar que era uma imposição do Governo, mas o que interessava era a realidade. As autarquias locais iam sendo asfixiadas financeiramente pelo próprio Orçamento de Estado e as câmaras iam apertando os seus contribuintes que eram efetivamente as pessoas que tinham de financiar a atividade municipal, só que as outras fontes de financiamento da atividade municipal estavam inexistentes. Não existia IMT porque não havia investimento porque as pessoas não tinham capacidade de investir. Não havendo construção não se pagava taxas e licenças. Portanto tudo aquilo devia ser ponderado em termos de equilíbrio, porque se se queria que só a CMS tivesse receita estava-se a tirar receita ao bolso de potenciais investidores e consumidores que eram bons para a atividade económica. -----

-----As instituições da área social, como por exemplo o caso da Santa Joana, da Casa do Povo, mas mesmo as outras que iam conseguindo aguentar-se, tinham cada vez mais necessidades, ou porque existiam menos crianças nas instituições ou as que existiam dificilmente pagavam as mensalidades. Estas situações iam bater à porta da CMS à procura de uma resposta. Se o esforço pedido às famílias não fosse tão elevado por parte da CMS provavelmente a fatia de apoio social que era pedido à CMS também desceria na mesma proporção, era o tal plano de emergência social. -----

----- Era bom que fosse um ano para arrumar a casa. A CMS não devia aparecer com ideias sem grande justificação. Falava-se numa escultura para a rotunda do Marco do Grilo, num museu

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

subaquático, tudo isto era importante, podia era não ser o momento para lançar aquele tipo de investimentos. -----

-----Interessava fazer um balanço das reais necessidades do concelho, hierarquizá-las de acordo com a quantidade de pessoas que tinham de ser destinatárias de investimento porque estavam em margens de desprezo orçamental, entre aspas, ou seja o investimento municipal não chegara e agora tinha que chegar. A CMS devia ter uma coesão ao nível do território desse ponto de vista, assim como devia fazer investimentos que gerassem de facto uma mais-valia para o futuro e que não fossem apenas sorvedores de despesa para a CMS. -----

-----A autarquia devia criar condições para que houvesse um plano de investimento privado, ou seja, tinha que atrair o investimento privado. Essa era a primeira condição do investimento público, era fazer investimento que tivesse capacidade de atrair investimento privado que era essencial para a criação de emprego. -----

-----Naturalmente que a aposta na reparação da rede viária merecia o acordo integral do Grupo Municipal do PS, ter-se-ia que ir ainda mais longe naquela matéria. O museu do mar na Fortaleza, sem qualquer dúvida, pois era essencial para dinamizar aquele importante monumento e a própria atividade ligada à pesca e ao mar, mas por exemplo o investimento no mercado para o Grupo Municipal do PS poderia não ser opção. Aquele mercado dava um bom *hostel* sobre o mar e seria preciso existir um local alternativo para o mercado, porque se existisse investidor para o *hostel* valeria a pena ponderar a possibilidade de alterar o local do mercado. -----

-----A incubadora de empresas também recebia o apoio do Grupo Municipal do PS. Na intervenção anterior o Presidente referira a construção da Escola mas fora uma alternativa e decisão da CMS e na sua opinião fizera bem porque a Escola de Santana já há muitos anos não dava para a função que desenvolvia, portanto havia necessidade de resolver o problema. Era claro que ali se aumentara drasticamente a população local e portanto os problemas haviam começado a surgir com uma escala maior. Esperava que a escola de Santana rapidamente abrisse as suas portas para que os jovens qualificados se pudessem juntar ali e desenvolver a sua atividade, criar riqueza para eles próprios e para a economia local. -----

-----O Grupo Municipal do PS também tinha outra preocupação porque com todos os contratos de prestação de serviço que a CMS vinha fazendo, fosse para pessoas em concreto, fosse para execução de determinadas tarefas, desconhecia se seriam todos justificados e se não haveria dentro da CMS *know-how* suficiente para realizar os serviços, e desconhecia como é que os trabalhadores da CMS estavam a

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

reagir, uma vez que regra geral esses honorários eram, em média, superiores aos ordenados dos funcionários da CMS, e portanto era uma situação que merecia alguma cautela e ponderação. -----

-----Por fim, uma vez que a sessão estava a ser realizada na Cotovia e o Presidente da CMS referira que a limpeza de proximidade era a melhor, esperava que a CMS e a Junta de Freguesia do Castelo chegassem rapidamente a acordo quanto à limpeza e arranjos das bermas, que já estava a ser implementado na Almoinha, chegasse à Cotovia que estava a precisar, portanto esperava que rapidamente a delegação de competências passasse para a junta de freguesia no que respeitava à Cotovia. -----

-----Relativamente às questões do trânsito que o munícipe João Matoso já falara, disse que andando a pé na Cotovia é que se apercebia o que se passava ao nível do trânsito. Os munícipes tinham que andar com muito cuidado. Convidava os Presidentes da CMS e Junta do Castelo para fazerem uma volta com ele junto às escolas, no troço da Nacional, que como era sabido era muito utilizado. Por exemplo defendia um sentido único na sua rua, mas os políticos tinham receio de defender sentidos únicos. -----

-----Prosseguindo a intervenção falou sobre a questão da rede pluvial, dizendo que naturalmente, nas ruas que estavam a ser pavimentadas, esses aspetos poderiam vir a ser considerados, mas existiam muitos olhos de água, muitas nascentes que apareciam muitas vezes sem se saber de onde, e portanto era preciso saber onde poderiam existir problemas de inundações em sítios que prejudicariam a vivência das pessoas. Poderia associar este problema ao problema das roturas e ao programa de redução de perdas de água, sobre o qual não via investimento nessa matéria, sabendo no entanto que seria difícil.-

-----Salientou em seguida a questão da cidadania dizendo que a AMS era uma acérrima defensora da promoção da cidadania face à participação, cada vez menor, nos atos eleitorais. A CMS devia seguir as pegadas da AMS, condescendendo na figura do provedor municipal porque se houvesse um litígio entre um munícipe e um vereador não seria o presidente da CMS que sendo da mesma força política iria resolver o litígio.-----

-----Por último referiu que a CMS devia verificar a situação dos vereadores do PS e, considerando os pelouros e o trabalho que desenvolviam, se não justificava o meio tempo na gestão da CMS, enfim, verificar outras matérias na área da cidadania era importante na consolidação da democracia no País e que por vezes faziam falta no concelho de Sesimbra. -----

----- Usou em seguida da palavra **o Deputado Lobo da Silva** que disse que considerando a reunião conjunta das comissões e a explicação inicial do Presidente da CMS poderia concluir o seguinte:-----

-----Ao longo dos últimos anos, os eleitos do PSD/CDS-PP nesta AMS tinham feito inúmeras vezes e de

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

forma clara, um conjunto de intervenções não só na discussão dos assuntos que eram trazidos a este órgão mas também em propostas, recomendações e Declarações de Voto em que se evidenciava a preocupação da bancada relativamente à necessidade de contenção da dívida do município, nomeadamente a de curto prazo. -----

-----O orçamento e as GOP para 2015 apresentavam uma estimativa do valor da dívida que finalmente configurava numa diminuição face a exercícios de anos anteriores. Era esta uma boa notícia quer para os munícipes em geral quer para as empresas locais fornecedoras do município, as quais haviam visto nos últimos anos, os prazos médios de pagamento aumentarem de forma marcada. Não deixava de ser contudo relevante que esta boa notícia apenas surgia na sequência do PAEL, ao qual o Município aderira e da disciplina orçamental a que esse mesmo PAEL obrigava. Diga-se mais, fora preciso o nosso país ter chegado à banca rôta, ao cabo de 6 anos de governos socialistas para que, por imposição dos credores externos, se tivessem tomado medidas tendentes a corrigir os desequilíbrios que existiam nas contas públicas. -----

-----Entre essas medidas inclui-se o PAEL. O programa de ajustamento a que o nosso país estivera sujeito nos últimos 3 anos tivera impactos gravosos no curto prazo no dia-a-dia dos cidadãos, mas nunca o cansaria de o repetir, fora com estas medidas que Portugal recuperara a sua independência financeira e se afastara de uma eminente banca rôta em que os socialistas haviam colocado o país, a qual não nos eludamos, faria cair o país numa situação de rotura social, económica, política e de consequências incalculáveis. Era com este orçamento e GOP para 2015 norteados pelo rigor que o município enfrentaria o próximo ano. Para o PSD não era surpresa que a introdução de uma maior disciplina na elaboração destes documentos em nada prejudicasse a ação do município. Realçava neste âmbito o valor do investimento a realizar no montante de 10 milhões de euros sustentados na sua qualidade por recursos próprios do município. Falando em investimentos gostaria de focar um aspeto que norteava a ultima campanha eleitoral, o turismo. Queria lembrar que o seu Grupo Municipal dissera em tempos ou a CMS aderira às candidaturas ou o Município nunca teria hipóteses de ter aqueles investimentos realizados com financiamento próprio. Fora uma aposta ganha nessa matéria. Sabia que existiam profetas da desgraça que não concordavam. Poder-se-ia dizer que no Concelho tinha havido festa.-----

-----Com a implementação do Plano estratégico para o desenvolvimento aliado ao Plano de comunicação “Sesimbra é Peixe” o Concelho iria certamente a obter algum retorno dos investimentos. No entanto gostaria de fazer um apelo aos agentes económicos locais para que não esperassem que fosse só o poder político a tomar as iniciativas, também eles deveriam aliar-se ao Município para atingir os

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

objetivos que o Concelho necessitava. Relativamente à presença de Sesimbra além-fronteiras para que a imagem e o nome de sesimbra fosse vendido, esperava que com outros concelhos do distrito organizar uma estratégia para que o concelho seja visto. -----

-----No que respeitava aos eventos turísticos e culturais que eram bastante diversos e atrativos, considerava no entanto que se devia aproveitar mais as excelentes praias que rodeavam o Concelho, a área paisagística da lagoa de Albufeira, e, para terminar porque não falar do Santuário do Cabo Espichel. O Grupo Municipal do PSD esperava que as negociações chegassem a bom porto, ou seja, que houvesse efetivamente uma passagem de uma parte do Cabo para a posse da CMS. Podia dizer que os autarcas do PSD tudo fariam para que fosse uma realidade. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, agradecer à Direção da Associação a cedência das instalações para a realização da presente sessão e agradecer ao Grupo Coral Alentejano pela atuação. -----

-----Relativamente ao assunto em debate de facto a CDU tinha dúvidas sobre alguma argumentação apresentada pelos Grupos Municipais do PS e do PSD. -----

-----O Grupo Municipal da CDU concordava com os valores inscritos, mas mais importante era concordar com a fundamentação e argumentação que sustentava os documentos.-----

-----Conforme já fora afirmado pelo Presidente da CMS, a Câmara atingira uma dívida global de quase 35 milhões de euros. Uma dívida bastante grande que se compreendia pelos investimentos feitos principalmente nos últimos dois mandatos. De facto o concelho mudara radicalmente nas 3 freguesias. Eram inquestionáveis todas as obras feitas assim como era inquestionável o tempo em que haviam sido feitas essas intervenções e também o investimento que fora captado através dos fundos comunitários, nomeadamente do QREN. Recordava-se por exemplo do Presidente da CMS dizer, por mais de uma vez, que o comboio não passava duas vezes. O quadro comunitário atual, o horizonte 20-20 já não contemplava as mesmas situações que o QREN contemplara. Havia sido feitas obras nas 3 freguesias em todas as áreas, cultural, património, urbanismo, ação social. -----

-----O Orçamento conjugava de forma inteligente 2 aspetos que por norma eram antagónicos, ou seja a consolidação das contas do município e o investimento. A verdade era que o investimento não parara mas diminuía como seria expetável. Para 2015 existiria um conjunto de intervenções extramente necessário para a população e a CDU iria votar favoravelmente a proposta porque compreendia o investimento que havia sido feito, a necessidade de recuperar as finanças e nesse sentido o Município estava de parabéns por ter apostado na altura certa e fazer desde há um ano a recuperação financeira.

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Era preciso ter a noção de que em 2005 quando a CDU assumira a gestão do Município existia a dívida de aproximadamente 25 milhões de euros, e neste momento com as indicações dadas pelo Presidente da CMS, o Município iria ter no final de 2014 uma dívida de 28 milhões de euros. Significava que em 2 mandatos a CDU conseguira ter apenas um diferencial de 3 milhões de euros apesar de todo o investimento feito.-----

-----No que respeitava às afirmações proferidas pelo Grupo Municipal do PS relativamente à carga fiscal, disse que na gestão do PS, o IMI estava na sua taxa máxima, a CDU estava na taxa intermédia. Era verdade que estava prevista uma maior receita de IMI para 2015, sendo que alguns dos munícipes estariam isentos mas devia-se à reavaliação dos imóveis feita pelas Finanças, à qual a CMS era alheia. Quanto á questão do IRS tinha havido um brutal aumento e todos sabiam as causas, fruto das medidas de austeridade, porem tinham trazido aspetos negativos à CMS. O aumento do IVA implicara um maior valor no pagamento de por exemplo a iluminação pública.-----

-----No próximo ano seria aplicada a reforma da fiscalidade verde que iria agravar a despesa da CMS, portanto acabava por não entender a intervenção do Deputado Municipal Manuel José Pereira, aliás esta fizera lembrar uma frase que o seu camarada Jerónimo de Sousa dissera há dias de que o PS quando estava na oposição acenava à esquerda, mas quando governava acenava à direita. Esperava que o povo nas próximas eleições legislativas apostasse noutras forças políticas.-----

-----Referindo-se de seguida à intervenção do Deputado Lobo da Silva disse que em 2011 a dívida pública rondava os 95% do PIB mas ainda há poucos meses rondavam os 134% conforme noticias difundidas-----

-----Cedida a palavra **ao Deputado José Guerra** este iniciou por cumprimentar todos os presentes e apresentou a seguinte intervenção:-----

-----“Apesar de todos os reveses que fomos tendo nos últimos anos, em resultado desta governação desastrosa levada a cabo pelos partidos de direita, a tão anunciada retoma teima em acontecer. Não a retoma dos números, que ora confundem emigração com desemprego, ora confundem empobrecimento com cumprimento, ora confundem subjugação com integração.-----

-----Infelizmente para muitos portugueses, o ano de 2015 continuará a ser um anos difícil, em termos socioeconómico. Anuncia-se a venda apressada dos últimos baluartes da república fazendo tábua rasa dos desastres que representaram a perda de empresas como a PT. Tudo o que é rentável para o estado português tem de sair da alçada do estado e ser posto ao serviço do capital. Capital esse, como o tempo teima em comprovar é o único que sabe gerir bem os recursos e que dessa forma fortalecer o País. Os

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

exemplos são variados, sendo o BES, e restantes empresas do GES apenas o mais recente.-----
-----E este grupo tem mais a ver connosco do que parece. Recordam-se todos daquele projeto megalómano que estava previsto para Sesimbra e que já devia estar em marcha há alguns anos. -----
-----Sim, estou a falar do projeto fetiche do Bloco de Esquerda, que tantas e tantas vezes trouxemos a esta câmara. Estou a referir-me obviamente à Mata de Sesimbra. Os menos distraídos também se lembram a forma visceral como o promotor e a sua trupe estava ligada ao grupo GES, nomeadamente por uma empresa financeira, a ESPART.-----
-----Quando o camarada Jerónimo considera o “ruir do império do GES “é a falência da política de direita” e o próprio PCP anuncia que irá encerrar a conta do partido no NOVO BANCO (antigo BES), porque raio a câmara de Sesimbra tem de continuar a alimentar um projeto na esfera do GES, que à luz da realidade atual não tem nem viabilidade nem sentido? -----
-----Porque tem os Sesimbrenses de continuar prisioneiros de um Plano de Pormenor que é desadequado e que ao contrário do anunciado não avança?-----
-----Em vez da vergonha de esconder numa gaveta funda aquilo que foi uma tomada de decisão errada desta assembleia e da câmara, a aprovação dos planos de pormenor. É tempo de se gerar um consenso alargado para revogar esses documentos e pensar noutra solução exequível, funcional que dinamize aquele território. -----
-----Falando agora do orçamento e das GOP mais propriamente ditas, há um aspeto que é por demais evidente e que só nos veio dar razão. A existência de uma coisa chamada realidade, mais ou mais tarde acaba sempre por prevalecer sobre a vontade e a ficção. E é isso que relata este orçamento. Andamos os últimos anos, a insistir no âmbito do debate destes documentos, que se estavam a apresentar orçamentos inflacionados e desadequados da realidade. As justificações eram numerosas, umas mais justas e compreensíveis que outras, mas o que era óbvio era que as receitas previstas eram inatingíveis. E todos sabiam isso, mas foi essa a opção, ou obsessão do quanto maior melhor que levou o executivo ano após ano e fingindo que a crise de 2007 não tinha acontecido apresentar orçamentos sempre maiores.-
-----Mas a realidade chegou e está aí e temos provavelmente o orçamento mais real dos últimos tempos. Parabéns ao executivo por ter acordado do seu sonho. Bom dia a todos.-----
-----O equilíbrio deste orçamento penso que deve ser realçado e relevado. Certamente que algumas das opções de investimento e de utilização do dinheiro são discutíveis e resultam de opções. Cada um tem as suas e estas são as deste executivo. -----
-----Sente-se no entanto um menor fulgor, uma espécie de síndrome de fim de ciclo político. A

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

realidade também tem destas coisas, tudo tem um princípio e um fim.” -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Rui João** que após cumprimentar todos os presentes disse que devido aos constrangimentos derivados da grave crise económica o orçamento não deixava de contemplar na sua globalidade cerca de 26% em políticas de educação, ação social e de apoio ao movimento associativo, o que era extremamente importante considerando a grave crise económica que as famílias viviam, e não era com a baixa de 1% no IRS que a CMS promovia uma política social, porque a redução de 1 ou 2 % numa família representava 2 ou 3 euros por mês e para a CMS representava poder fazer uma série de investimentos naquelas áreas, nomeadamente nos transportes escolares onde a CMS aumentava de ano para ano o apoio que prestava às famílias que era substancial, o acesso aos refeitórios que era generalizado nas escolas do concelho, onde mais de 50% das crianças utilizadoras dos refeitórios eram hoje abrangidas pelo escalão, culpa das políticas económicas do governo e não da CMS o que implicava um esforço financeiro por parte da autarquia. O alargamento do pré-escolar público ao concelho de Sesimbra também era uma realidade. -----

-----No que respeitava ao apoio ao movimento associativo e às verbas gastas pelo Município nas piscinas do Grupo Desportivo de Sesimbra, o Deputado disse que a política da CDU não era a política do governo neoliberal onde, se a estrutura não desse lucro se fechava. A CDU preconizava a coisa pública. As piscinas eram um bem público. Não dava lucro, mas se não fosse tomada a opção política de agarrar nas piscinas do GDS, perguntava ao Deputado João Rodrigues qual seria a alternativa, se seria fechar. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado Mendes Dias** que começou por cumprimentar todos os presentes, agradecer a atuação do Grupo Coral e agradecer à Direção da Associação a cedência das instalações para a realização da sessão da AMS. -----

-----Disse depois que se podia socorrer de dados económicos e de diversas publicações para referir que o País hoje era diferente do que era há 3 anos atrás, mas iria por esse caminho e iria plagiar o que o Presidente da CMS dissera, existiam forças políticas no Município e no País que queriam sol na eira e chuva no nabal. Isso era impossível. O Deputado Lobo da Silva já referira o apoio do Grupo Municipal ao orçamento e GOP para 2015 porque entendia que era o caminho correto, mas a CMS estava a fazer o trabalho porque tivera a possibilidade, através de um programa que o Governo criara, o PAEL, de resolver muitas das situações que tinha. Este programa resolvera muitas situações de falência, que felizmente não era o caso do Município de Sesimbra. Era interessante constatar que quanto existia rigor e determinação, a competência vinha ao de cima e conseguia-se fazer obra. Sesimbra não deixara de fazer as obras que queria realizar candidatando-se aos projetos com o apoio do PSD, aliás a CDU teria o apoio do PSD em

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

tudo o que fosse no interesse das populações sem qualquer tipo de demagogia, mas não deixaria de criticar, no local próprio aquilo que entendia que poderia ser melhor, o que não significava que tivesse sido mau. Ninguém tinha o dom da verdade por isso é que a democracia era o melhor sistema do mundo que permitia fazer o confronto de ideias e exprimir o que cada um julgava ser o ideal. -----

-----Referindo-se à intervenção do Deputado Alain Monteiro disse que sabia que quando o governo de Sócrates acabara, o défice era de 95% e agora estava nos 130%, mas obviamente não se podia esquecer que o empréstimo que o Partido Socialista e o Governo Sócrates assinara, obviamente os 178 milhões agravariam o défice.-----

-----No que respeitava à intervenção do Deputado José Guerra perguntou se o Deputado incluía o governo do PS como governo de direita. Na verdade todos os anos em que o PS estivera no governo fora só desastres. Era a 3ª ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Portugal sempre com governo do PS. Seria que não conseguiam governar com rigor e competência quando não tinham dinheiro. Só sabiam governar com muito dinheiro para esbanjar. Como o exemplo da Parque Escolar que a Sra. Ministra dissera que fora uma festa.-----

-----Disse depois que hoje presenciara um cantar do PS à CDU perguntando se seria influência do António Costa de se juntar à esquerda quando estava na oposição, mas depois fazer uma política de direita ou de pseudodireito quando estava no governo. O Deputado Manuel José Pereira falara hoje dos méritos dos vereadores do PS, que teriam de certeza, a propósito dos tempos na CMS, mas perguntava porque é que na altura isso não fora negociado. Seria por agora estar o António Costa à frente do PS.---

-----Lembrava no entanto que poderiam ser acusados de bengala da CDU.-----

-----Terminando disse que notava um grande consenso em todos os Grupos Municipais, ou seja todos falaram na gravidade da crise económica, mas a crise já vinha de há anos a agravar-se. Felizmente os dados económicos conhecidos, quer do Instituto Nacional de Estatística (INE), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco de Portugal e Banco Central diziam que Portugal estava a crescer, moderadamente, mas estava a crescer e a recuperar e isso devia-se não só ao governo mas aos portugueses que tinham tido a capacidade de resiliência e de lutar para conseguir ultrapassar um espaço e um tempo que alguns que pensavam que eram impolutos que não podiam ser acusados de nada tinham feito por este País.-----

-----Cedido o uso da palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Jesus**, este iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que vários grupos municipais haviam referido que este era um orçamento realista contrariamente a orçamentos de anos anteriores. -----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Todos os anos se ouvia o argumento de que o orçamento não era realista mas todos reconheciam e compreendiam a argumentação que era apresentada, independentemente da força política que estivesse na gestão do Município. O Deputado João Rodrigues referira a questão colocando a hipótese de uma alteração à Lei das Finanças Locais, porque o que era a realidade era que o orçamento necessitava de alguma inflação para poderem ser encaixadas as dívidas de curto prazo, não haveria outra hipótese e isso fora claramente explicado ao nível das reuniões de comissão. Era verdade e não custava assumir que efetivamente o orçamento era mais realista porque a dívida de curto prazo, que fora paga pelo PAEL, transformara-se em dívida de médio e longo prazos.-----

-----Se existissem mecanismos na Lei das Finanças Locais que permitissem ter orçamentos realistas provavelmente não existiria aquela discussão.-----

-----Relativamente ao aumento da carga fiscal, IMI, taxas, tarifas, todos sabiam que o paradigma que estava hoje em cima da mesa de financiamento das autarquias locais era com base nos impostos locais, nas taxas e tarifas. Dava o exemplo: Orçamento de Estado de 2004 - 90 mil milhões de euros, Orçamento de estado de 2014 - 160 mil milhões de euros, ou seja, em 10 anos quase duplicara e perguntava ao Presidente da CMS qual tinha sido a variação entre 2004 e 2014 das transferências do Orçamento de Estado para o Município de Sesimbra. No Orçamento de Estado para 2015 tinha havido um aumento de 17% da receita proveniente dos 3 impostos, e o aumento percentual para o Município de Sesimbra, no seu cômputo geral era de 3%, já contabilizando os 5% do IMI, sem o IRS baixaria relativamente ao ano anterior, ou seja se houvesse uma proposta de redução de 1% do IRS, as transferências provenientes do Orçamento de Estado seriam inferiores às do ano anterior com um aumento que se verificara de 17% de arrecadação dos 3 impostos, IRS, IRC e IVA.-----

-----O paradigma que estava hoje em cima da mesa era que o financiamento das autarquias locais assentava naquilo que eram os impostos cobrados localmente e obviamente também nas tarifas. Na próxima segunda-feira o célebre conselho de concertação territorial recentemente criado para discutir estas matérias iria apreciar a proposta final de regulamentação da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - por forma a poder ser vinculativo aquilo que eram os pareceres e as notas relativamente às tarifas aplicadas por cada município que tinham de caminhar no sentido da sustentabilidade dos serviços. -----

-----Em Sesimbra a água estava mais ou menos sustentável com aquilo que eram os serviços operacionais e as contribuições por parte dos munícipes, mas os resíduos ainda estavam longe. Se se fizesse aquilo que estava na ERSAR ou se o Município tivesse concorrido ao outro programa do PAEL

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

estar-se-ia a discutir outras matérias.-----

-----Havia um aumento residual do valor das tarifas porque era uma imposição e porque as receitas dos municípios estavam assentem no paradigma que tinha de ser alterado. O subsector da administração local fora aquele que mais contribuía para a redução do défice tendo *superavit* nos últimos anos. -----

-----Prosseguindo a sua intervenção disse que havia sido opção do Município assumir a gestão da piscina do GDS, e a propósito do valor de 1 milhão e 200 mil euros indicados pelo deputado João Rodrigues, o Presidente da Junta disse que ninguém dissera que o Município iria contribuir para os Municípios que estavam endividados com 1 milhão e 700 mil que era o fundo de apoio municipal, valor esse que era retirado aos munícipes de Sesimbra. -----

-----Também não fora dito que a ANMP assinara um acordo com o Governo para a redução da fatura energética nomeadamente ao nível da fiscalidade verde para redução do IVA da iluminação pública que estava a ser pago pelos Municípios a 23%. -----

-----Havia um aumento previsto para o IMI mas tinha que ser analisado de várias formas, havia um aumento porque acabava a cláusula de transição, havia um aumento porque existia uma série de isenções que estavam previstas e estavam a terminar. Se fosse com a estimativa do Governo provavelmente a receita do IMI seria bem maior. Acrescentou ainda que tinha dúvidas que a CMS arrecadasse as receitas que estava a prever. -----

-----Estavam previstos 10 milhões para a rede viária, 10 milhões para pequenos investimentos sem qualquer participação. Era legítimo que cada Deputado opinasse sobre por exemplo quais eram as estradas que achavam que deviam ser pavimentadas mas não era legítimo dizerem que o Município devia fazer mais investimento sabendo a realidade quando muitas vezes as propostas que se faziam iam no sentido de reduzir as receitas do Município.-----

-----Sobre a descentralização de competências referenciada pelo Deputado Manuel José Pereira, o Presidente da Junta disse que era defensor da descentralização de competências pelas 3 freguesias. Existia um protocolo que viera alargar significativamente as áreas delegadas, mais do que as matérias, nomeadamente na Freguesia do Castelo. A Freguesia tinha que avaliar a sua capacidade, não queria que fosse uma mera passagem de problemas da CMS para a Freguesia, queria que fosse célere, eficaz e quiçá, melhor relação custo/benefício para a própria população. Já hoje fora referido pelo mesmo Deputado e era legítimo que colocasse a questão sobre a possibilidade de atribuição de tempos aos vereadores do PS, mas não se devia esquecer que a Junta de Freguesia tinha aquelas tarefas descentralizadas do município mas continuava a ter um eleito a tempo inteiro, pelo que perguntava em termos de equidade, onde seria

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

mais benéfico ter tempos. -----

-----Usando depois da palavra, o **Deputado João Rodrigues** disse que o valor de 1.200.000 euros era significativo e elevado no orçamento do Município e face ao valor envolvido, na sua opinião, deveria ter tido uma preparação diferente de forma a estabelecer garantias associadas em caso de haver uma insolvência ou outra situação qualquer. A gestão do GDS não fazia parte da gestão da CMS. Se a gestão fosse do executivo este tinha intervenção direta, que garantisse o resultado e pudesse acompanhar a todo o tempo. A piscina não era autónoma. Fazia parte do Grupo Desportivo e se este cometesse erros noutras áreas da atividade a CMS não tinha capacidade de intervenção e apesar de ter investido 1.200.000 euros ficava sem nada. -----

-----O MSU pretendia era que em situações semelhantes era necessário salvaguardar os interesses do executivo. Se fosse dito que o executivo intervinha em todo o Grupo Desportivo e tinha a gestão total da despesa do GDS, aí poderia evitar erros, mas quando a gestão estava no GDS e tinha total autonomia e a CMS só garantia financeiramente, considerava a conferencia muito pouca para a quantia. -----

-----Prosseguindo a sua intervenção disse que o MSU só discutira 2 orçamentos, para 2014 e 2015, e se esta era uma realidade que acontecera durante muitos anos, ele preferia receber um documento realista e se alguma coisa impedia que essa realidade lhe fosse dada, então que se mudassem as condições. -----

-----Foi de seguida dada a palavra ao **Presidente da CMS** que referindo-se à intervenção do MSU disse que gostara de ouvir as apreciações positivas que haviam sido feitas à proposta de orçamento. Relativamente à opinião do MSU de que o orçamento do ano passado estava inflacionado em 9 milhões a resposta a essa questão tinha sido dada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Castelo que explicara de forma muito clara uma coisa que ele próprio vinha dizendo repetidamente, e que o Deputado João Rodrigues referira que era preciso que as regras mudassem, mas enquanto a lei não fosse alterada não havia outra forma de apresentar o orçamento. Sempre que a dívida de curto prazo crescia, os orçamentos tinham que encaixar a dívida e não havia outra forma de o fazer. Ao contrário de algumas intervenções proferidas, os orçamentos dos outros anos não eram orçamentos irrealistas. Eram realistas para a realidade que se tinha e tinham que ter um valor maior porque tinham que encaixar a dívida. Irrealistas seriam se introduzissem coisas que não se conseguiam fazer, mas as coisas que lá estavam propostas, no essencial haviam sido feitas. Claro que algumas receitas haviam sido inflacionadas propositadamente porque fora a única forma de poder encaixar a dívida de curto prazo e isso fora explicado com toda a clareza, nunca o escondera, por isso é que lhe custava aceitar a crítica de serem orçamentos irrealistas e

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de que agora é que se tinha apresentado um orçamento verdadeiro. Ninguém enganara ninguém. Ele havia sido frontal ao longo dos anos e sempre dissera quais eram as áreas onde existiam valores inflacionados porque infelizmente tinham que ser. A dívida de curto prazo baixara e hoje era possível ter um orçamento bastante mais realista mas mesmo assim era uma previsão. Se a proposta de orçamento se viesse a cumprir integralmente, o Município chegaria ao fim de 2015 sem dívida, e ninguém acreditava que se chegaria a 2015 sem dívida de curto prazo. Existia a margem dos 10, 15% que faziam que no fim de 2015 ainda haveria alguma dívida de curto prazo. Esperava que fosse menor do que 2014 para que as coisas continuassem no bom caminho.-----

-----Os orçamentos, do ponto de vista da CDU, haviam sido sempre realistas, as apostas estavam alavancadas, ou em empréstimos ou fundos comunitários, a outra parte era a necessária para a CMS poder fazer as obras e as coisas que não reuniram condições e não se tinham feito. As que tinham garantias de financiamento, a CMS fora teimosa, insistira e ainda bem que o fizera porque havia conseguido concretizar a grande parte das mesmas.-----

-----Relativamente ao protocolo com o GDS, as contas que o Deputado João Rodrigues fizera ainda pecavam por defeito, porque o valor que referira era apenas a transferência mensal que a CMS fazia para o GDS mas o funcionamento da piscina ainda tinha outras despesas, gaz, eletricidade, etc., portanto aquele valor ainda ia crescer mas também havia o outro reverso da medalha que era a receita, que neste momento era da CMS e estava a aumentar significativamente. Neste momento a CMS estava com uma receita média bastante superior àquela que o GDS recebia no ano passado porque também existiam mais 30% de utentes na piscina. Tinha havido um ajustamento nos preços e isso vinha mostrando resultados. A CMS, antes do acordo, transferia mensalmente para o GDS, 15 mil euros e o risco que se corria era de poder ir à falência e o património passar para a posse do banco. Portanto a decisão fora em defesa de um património que era de todos porque o município colocara lá dinheiro. O governo português metera lá dinheiro e a última coisa que se queria era que a piscina fechasse ou que se perdesse o património. ----

-----Tinha sido uma opção. Era óbvio que se tinha que ir avaliando com cuidado e aperceber se a CMS estava a tomar as opções certas, consciente de que a Piscina não dava lucro. Gerava um deficit crónico e era isso que o GDS não conseguia suportar porque não tinha fonte de receita e não podia executar uma coisa que tinha um deficit. -----

-----Quando a piscina fora construída fora na perspetiva de que dava lucro. Os estudos económicos de suporte referiam isso. Mas atualmente as piscinas deixavam de dar lucro porque os custos energéticos haviam subido de uma forma louca e também porque as pessoas estavam com menos dinheiro. Tudo isto

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

resultava numa menor receita e maior despesa e era inexorável que iria acabar em maior *deficit*.-----

----- O Município tinha de continuar a acompanhar e melhorar e tentar que o *deficit* fosse o menos possível, ou sem deficit, o que seria difícil, porque uma parte do dinheiro que a CMS transferia para o GDS era para amortizar o empréstimo que o GDS contratara para fazer a própria obra. -----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Manuel José Pereira, nomeadamente que as famílias haviam sofrido para que as obras fossem feitas, o Presidente da CMS disse que custava a aceitar aquela afirmação vinda de uma pessoa que estivera 8 anos à frente da gestão da CMS, num período de “vacas gordas” em que mantivera os impostos locais nos valores máximos, com o voto favorável da CDU, porque assim entendera, conforme o Presidente da Junta do Castelo referira, porque não era de agora que a lei das finanças locais vinha a assentar nos impostos locais, já vinha de trás. Vinha era a agravar-se cada vez mais e não valia a pena tapar o sol com a peneira porque se fosse buscar os n.ºs da receita de 2013, num total de 36 milhões de receitas correntes, 26 milhões eram de impostos locais e de tarifas. Se a CMS ia reduzir as tarifas e os impostos locais perguntava como é que iria funcionar. -----

-----O IMI era um dos impostos locais que no concelho de Sesimbra tinha uma particularidade porque se calhar 50% da receita do IMI não afetava as famílias sesimbrenses, mas famílias que tinham casa de 2ª residência no Concelho de Sesimbra, e a receita revertia, em termos de benfeitorias para as famílias sesimbrenses que eram os que cá viviam e eram os principais beneficiários do investimento que a CMS fazia com essa receita. Portanto era daqueles impostos, que de uma forma inteligente e um bocadinho egoísta porque a CMS estava em 1º lugar a servir os munícipes residentes no Concelho de Sesimbra, claro que não queria que os de 2ª residência se fossem embora, gostava muito que eles se sentissem cá bem, mas o principal objetivo político era servir os munícipes residentes, e a receita do IMI devia ser vista nessa perspetiva. -----

-----Sobre a observação que a CMS devia baixar mais o IMI, o Presidente da CMS disse que a CMS cobrava o valor intermédio. Quando o PS estivera a gerir a CMS a taxa de IMI estivera sempre no máximo, 1.3. A CDU dava orientações claras aos seus Municípios, que regra geral eram cumpridas, para que o IMI não ultrapassasse 0.4, portanto havia a liberdade. Excecionalmente em Municípios que estivessem em situação financeira muito complicada ou que estivessem em período de reequilíbrio financeiro que era o caso do município de Setúbal, o qual, após uma gestão bastante danosa do PS, tivera de recorrer a um contrato de reequilíbrio financeiro e estava obrigada a ter o IMI no 0.5. Podia pegar em 10 ou 12 Municípios do País, bastante conhecidos, geridos pelo PS, que cobravam o IMI a 0.5. Não sabia se estavam todos em situação de reequilíbrio financeiro, suspeitava que uma boa parte não estivesse,

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

referindo depois a CM de Vila do Conde e a CM de Portimão. -----

-----No que respeitava ao tarifário de serviços urbanos, o Presidente da CMS disse que era uma das receitas fundamentais do município, que ainda não cobrava os custos dos serviços, e lembrava que as câmaras estavam obrigadas, através da lei das finanças locais que os vários governos dos vários partidos vinham publicando, que referia que os custos dos serviços deviam estar equilibrados com as receitas geradas e o ultimo diploma obrigava a que os tarifários tivessem um parecer vinculativo da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR). -----

-----A CMS estava a aguardar o parecer da ERSAR para poder levar a reunião a proposta de tarifário para o próximo ano. A proposta era de aumento de 3%. -----

-----No que respeitava ao museu subaquático o Presidente disse que o mesmo tivera um financiamento que já entrara nos cofres do município, há um ano atrás, da entidade regional de turismo de 10 mil euros. Portanto a CMS iria comparticipar com uma parte e teria mesmo de o realizar. Ainda não tinha sido iniciado porque as peças ainda não estavam acabadas. -----

-----A rotunda do Marco do Grilo era um investimento de pouco mais de 10 mil euros, e a ideia era colocar uma barca de Sesimbra associando-se à campanha do “Sesimbra é peixe” simbolizando um elemento marcante da entidade do município naquela que era a porta de entrada principal para quem vinha a Sesimbra. Não eram investimentos megalómanos mas tinham um grande significado em termos identitários. -----

-----Relativamente à sugestão de atrair investidores privados o Presidente respondeu que era o que a CMS fazia. Quanto ao IMT, as Câmaras não fixavam taxas, e de acordo com a lei das finanças locais em 2016 iria ter uma redução de um terço. Em vez dos 6% seria 4,5 e assim sucessivamente. Mas a CMS, ao longo dos anos, procurava condições para que o investimento privado viesse para o Concelho, nomeadamente quando investia na reabilitação urbana da Vila de Sesimbra, na requalificação do núcleo antigo. Quando reabilitava o património, quando investia no saneamento básico, quando investia na melhoria dos espaços verdes, perguntava se não estava a tornar o Concelho mais atrativo e criar as condições para que o investimento privado viesse para Sesimbra. A CMS criara uma tabela de taxas municipais urbanísticas amigas do investimento privado. Para qualquer hotel que se viesse a instalar no Concelho de Sesimbra era cobrada taxa urbanística zero. Claro que se fosse para o imobiliário pagava a taxa normal. Para os apartamentos turísticos tinha um desconto de 30%, para os hotéis apartamentos tinha um desconto de 50%. Isto era politica de incentivo ao investimento que interessava atrair. -----

-----O projeto que seria discutido em próxima sessão da Assembleia Municipal de delimitação da Área

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de reabilitação urbana e a sua classificação era um projeto amigo do investimento privado tentando estimular a reabilitação urbana da Vila de Sesimbra. -----

-----No que respeitava ao mercado municipal e a ideia para transformação num *hostel*, realmente poderia ser interessante se se pudesse avançar para o local alternativo para construir o mercado que era na avenida da liberdade na zona do atual terminal rodoviário, onde para além do mercado também seriam instaladas as instalações da CMS, mas isso tinha sido pensado numa conjuntura de mercado imobiliário completamente diferente do atual e onde praticamente o investimento se pagava a si próprio.

-----Entretanto o mercado estava num estado lastimoso e nomeadamente o mercado do peixe que devia ser trazido para cima com a campanha do “Sesimbra é peixe” onde se afirmava o turismo e as pescas, a CMS tinha de fazer alguma coisa, tanto mais que conseguira com muita persistência incluir numa candidatura, dado ter sido rejeitada por duas vezes, e obter um financiamento de 50%. O mercado seria reabilitado, substituindo a cobertura que era de lusalite amianto. -----

-----Relativamente à intervenção na Cotovia sabia que o Deputado Manuel José Pereira defendia que a rua devia ter sentido único mas não fora por falta de coragem politica porque acusar de falta de coragem politica quem havia avançado com o estacionamento tarifado na Vila de Sesimbra nas vésperas das eleições autárquicas não fazia sentido. -----

-----Esclareceu que o projeto de sentido único na Cotovia estava associado à construção da rotunda fechada. Enquanto não se fizesse a rotunda era difícil funcionar com sentido único porque as pessoas teriam que circular todas pela estrada nacional. Havia um estudo feito para a estrada nacional com a criação de passeios ao longo da estrada nacional desde o centro da Cotovia até quase Santana. O projeto existia mas faltava dinheiro porque tinha sido opção alocar o dinheiro aos investimentos que referira. --

-----Se as coisas melhorassem seria possível num futuro próximo. A CMS gostaria de ver aquele espaço melhorado com passeios nas zonas de maior densidade urbana para as pessoas circularem. -----

-----Quanto à intervenção dos Deputados do PSD era óbvio que o PAEL fora útil na conjuntura em que surgira e no caso particular do Município de Sesimbra que estava com uma dívida de cerca de 20 milhões de curto prazo e precisava rapidamente de transformar em dívida de médio e longo prazo e ainda por cima a CMS tinha condições para suportar a dívida de médio e longo prazo, só não o fizera porque não existia enquadramento legal que o permitisse. Os Governos até então tinham proibido que os municípios transformassem dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo. Em 2002 quando o PS estava na CMS, com o apoio da CDU, conseguira reduzir uma dívida de curto prazo que há época era de 9 milhões de euros e conseguira reduzir com um empréstimo de 5 ou 6 milhões na altura. -----

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Infelizmente a CMS não conseguiu fazer isso. No Governo do PS isso ficara completamente vedado e depois com a entrada da *Troika* a coisa agravara-se, e só com o PAEL é que a situação fora possibilitada. -----

-----A CMS aderira ao PAEL porque fora a única forma transformar a dívida. Não porque estivesse falida e aliás provara nestes dois últimos anos porque conseguiu recuperar de uma maneira perfeitamente sustentável. Se a CMS tivesse conseguido contrair um empréstimo de médio e longo prazo normal tê-lo-ia feito, a pagar uma taxa de juro provavelmente próxima do PAEL se tivesse sido há uns anos atrás, e nunca se chegaria à situação critica a que chegara. O PAEL não era um financiamento a fundo perdido, era um empréstimo reembolsável e a CM tinha que o pagar e já tinha pago 1 milhão e tal.

-----Quanto à intervenção do Deputado do BE, não podia faltar a Mata de Sesimbra, possivelmente tivera inspiração no novo elemento da Comissão política de gestão coletiva do BE, Arlindo Fortunato, que era recorrente no assunto da Mata de Sesimbra.-----

----- O Plano da Mata só avançaria se fossem dadas garantias que fariam as obras de urbanização, acessibilidades estipuladas no Plano de Pormenor que não eram mais do que o que estava no PDM que desde 1990 já previa que na Mata de Sesimbra se poderiam desenvolver empreendimentos turísticos, definia um índice de construção que era exatamente o mesmo que estava previsto no Plano de Pormenor, com a vantagem de que o Plano de Pormenor libertava mais espaços da mata para concentrar as áreas de ocupação turística para um espaço mais reduzido deixando espaços maiores libertos para a floresta e vários usos. Curiosamente nos últimos anos estavam a surgir alguns investimentos muito interessantes na floresta e na agricultura, por exemplo a Casa Mesquita estava a fazer investimento na área da agricultura neste momento, havia uma exploração grande de frutos silvestres na Herdade da Ferraria, a Casa Mesquita estava a desenvolver um projeto de um eco parque na parte da propriedade que não estava comprometida com a ocupação dos aldeamentos turísticos e como se via as coisas iam caminhando e surgindo utilizações para aqueles espaços que iam ao encontro das perspetivas que a CMS tinha para o turismo no concelho de Sesimbra, muito assente no turismo de natureza.-----

-----Quanto à construção dos empreendimentos turísticos eles só avançariam se cumprissem as regras estipuladas no Plano de Pormenor. -----

-----Concluiu dizendo que todos os orçamentos que trouxera à AMS tinham sido realistas, com valores diferentes e com explicações dadas na altura. -----

-----**O Deputado Manuel José Pereira** disse que no tempo das vacas gordas podia-se cobrar mais impostos porque as pessoas tinham dinheiro, rendimentos e podiam participar na sociedade, na vida

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

coletiva e nomeadamente nas obras dos municípios. O PS propusera na Assembleia da República que a atual salvaguarda se transformasse em permanente e acreditava que a partir de outubro se teria novamente um aumento máximo de IMI num ano para o outro na ordem dos 75 euros. -----

-----Respondendo ao Deputado Mendes Dias referiu que este estava enganado quanto aos tempos. A CMS não dera tempos ao PS apesar de eles terem sido requeridos.-----

-----Disse depois que não gostara e achava que a AMS não merecia ouvir que o PS estava em Évora. Esta questão não tinha nada a ver com o deficit, nem com a dívida, nem com a *troika*, nem com o Programa de Estabilidade e Crescimento 4, portanto este tipo de comentários era muito feio nesta AMS e por norma não se utilizava. Não gostara nada e da bancada da CDU havia tendência a fazer estas picardias. -----

-----Relativamente às opções, se o Presidente da CMS achava que se devia fazer obras no mercado que o fizesse, ele apenas dissera que se fosse possível seria melhor não o fazer e ter uma alternativa. Não dissera para não o fazer mas sim que seria preferível não gastar dinheiro naquele mercado para o manter ali. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo** ainda falando sobre a rua do Areal na Cotovia e a EN 378 disse que tivera conhecimento nos planos quer de proximidade quer de investimento das Estradas de Portugal, aparentemente uma boa notícia, de que no plano de proximidade estava previsto para 2017 um investimento de 1 milhão e 200 mil euros na requalificação da estrada nacional 378 entre a rotunda do Marco do Grilo e Santana e portanto deixava o repto para se encetar algumas negociações que pudessem melhorar alguns nós da Nacional 378. Apesar de ser um plano plurianual 2015/2019 estava previsto para 2017. Em sentido inverso no Plano de Prioridades 2015/2020, a variante Carrasqueira Porto de Abrigo, surgia em 24ª prioridade e última. -----

-----No que respeitava ao Orçamento disse que não se podia esquecer que face à conjuntura, num quadro global dos municípios, o volume de investimentos que o Município de Sesimbra tinha, conseguir ter na contenção de despesa os números que hoje apresentava, independentemente das opções de cada um do ponto de vista político-partidário, não podia deixar de verificar que era um bom exercício. Poder-se-ia afirmar que poderia ter sido feito isto em detrimento daquilo mas com o volume de investimento no Concelho de Sesimbra e com a capacidade de contenção de despesa que fora efetuada que hoje resultava, com esta conjuntura de números muito próximos de há 10 anos atrás, em termos de dívida do município, achava que devia ser valorizado e era isso que a bancada da CDU devia fazer. -----

-----Quando se dizia que mesmo assim, com estas dificuldades podia ainda reduzir mais um pouco,

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque eventualmente também se reduziria nos apoios sociais, muitas das vezes o Município de Sesimbra, como muitos outros, substituíam-se às responsabilidades que não eram suas nos apoios sociais que eram da responsabilidade da administração central. -----

-----Nesta conjuntura devia-se valorizar a capacidade de trazer investimento com criatividade e recursos a fundos comunitários mas também a capacidade de com esse investimento não colocar em causa aquilo que eram as contas do Município que estavam saudáveis. -----

-----**O Deputado João Rodrigues** disse que julgava que todos já se tinham apercebido sobre aquilo que pretendia dizer. Entendia o que era o histórico mas o documento que lhe era apresentado para análise, votar e aprovar tinha de conter exatamente o que ia acontecer e cujos números não correspondiam à realidade. Por isso fazia um apelo para que na Assembleia da Republica alterassem aquela situação. Não era uma crítica pessoal ao executivo de Sesimbra. -----

-----No que respeitava à questão das piscinas gostaria que ficasse claro que qualquer envolvimento devia ter uma preparação prévia mais ponderada que salvaguardasse os interesses do executivo. Não discutia se a piscina devia fechar. O que pretendia era uma análise ponderada do problema envolvido e era aconselhável uma melhor análise prévia em situações que envolvessem muito dinheiro. -----

-----**A Presidente da AMS** informou o plenário que estava agendada para o mês de janeiro uma reunião conjunta das Comissões “1” e “3” com a Sra. Vice-presidente sobre o ponto de situação da piscina de Sesimbra, considerando a Recomendação aprovada pela AMS na sessão extraordinária de 21 de julho de 2014. -----

-----Submeteu em seguida à votação a proposta das **Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento 2015 – Mapa de Pessoal** tendo a Assembleia Municipal deliberado, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar por maioria com 18 votos a favor (14 CDU, 2 PSD e 2 MSU) e 5 abstenções (4 PS e 1 BE). -----

-----**O Deputado Municipal José Guerra** prestou, em nome do Grupo Municipal do BE, a seguinte Declaração de Voto: -----

-----*“Infelizmente para muitos portugueses, o ano de 2015 continuará a ser um ano difícil, em termos socioeconómico. Anuncia-se a venda apressada dos últimos baluartes da república fazendo tábua rasa dos desastres que representaram a perda de empresas como a PT. Tudo o que é rentável para o estado português tem de sair da alçada do estado e ser posto ao serviço do capital. Paralelamente prossegue a devastação do estado social, da economia e do povo. Neste estado de aparente dormência coletiva, foi sendo permitido a um governo, que ficará na história como o patrono da destruição de quase tudo o que*

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

se conquistou com o fim da ditadura, levasse à prática a máxima do quanto pior melhor. -----

-----Temos todos de empobrecer, para que fiquemos melhor. Temos de aumentar contribuições e perder direitos. Temos de privatizar todos os sectores estratégicos para ser autónomos financeiramente. Temos de dar o que temos e o que sonhámos ter, para cumprir uma cartilha ideológica ou nem isso apenas ao serviço dos interesses. -----

-----Serve esta introdução para manifestar a minha solidariedade com o executivo, pois compreendo que num cenário destes e com um governo cangalheiro como este, não é fácil produzir um orçamento de um qualquer município. Não se pode confiar em alguém que muda as regras do jogo sempre em seu favor e que retira sem dar nada em troca. -----

-----O aspeto mais relevante deste orçamento centra-se no descer à terra do executivo, apresentando finalmente um orçamento que assume a realidade e transparece as dificuldades dos tempos em que vivemos. A redução em cerca de 10 milhões de euros é um reflexo da realidade e tem sido omitida nos orçamentos de aparente expansão apresentados nos últimos anos. -----

-----O tempo veio dar-nos razão. A realidade, mais ou mais tarde acaba sempre por prevalecer sobre a vontade e a ficção. E é isso que relata este orçamento. Andamos os últimos anos, a insistir no âmbito do debate destes documentos, que se estavam a apresentar orçamentos inflacionados e desadequados da realidade. As justificações eram numerosas, umas mais justas e compreensíveis que outras, mas o que era óbvio era que as receitas previstas eram inatingíveis. E todos sabiam isso, mas foi essa a opção, ou obsessão do quanto maior melhor que levou o executivo ano após ano, e fingindo que a crise de 2007, não tinha acontecido apresentar orçamentos sempre maiores. -----

-----Mas a realidade chegou e está aí e temos provavelmente o orçamento mais real dos últimos tempos. -----

-----Simultaneamente, estes documentos transparecem um menor fulgor, uma espécie de síndrome de fim de ciclo político. A realidade também tem destas coisas, tudo tem um princípio e um fim.-----

-----Concluimos que o equilíbrio deste orçamento que deve ser realçado e relevado. Certamente que algumas das opções de investimento e de utilização do dinheiro são discutíveis e resultam de opções. Cada um tem as suas e estas são as deste executivo, não são as nossas. Por isso não podemos votar favoravelmente, ainda assim pelo sinal transmitido, achamos que o mais justo é abstermo-nos, deixando um voto de confiança ao executivo, que iremos avaliar continuamente e após a execução destas GOP e orçamento.” -----

-----O Deputado Nelson Pólvora referiu que a Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS era

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

idêntica à Declaração de Voto dos Vereadores do PS na Câmara Municipal, com as devidas adaptações, cujo conteúdo se passa a transcrever:-----

-----*“As propostas dos pelouros atribuídos ao PS foram no essencial e genericamente consagradas no quadro das GOP e Orçamento para 2015. -----*

-----*Por outro lado, na qualidade de Eleitos do Partido Socialista (Vereadores e membros da AM), sempre pugnámos por uma postura responsável, encarando as GOP e Orçamento como importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento económico, da coesão social e territorial do nosso concelho, motivo pelo qual entendemos como adequado apresentar um conjunto de propostas na câmara, em áreas de intervenção de outros pelouros, as quais julgamos como indispensáveis, entre ações e soluções a incluir nos documentos agora apresentados, que do nosso ponto de vista contribuiriam decisivamente para a elevação dos padrões de vida das populações e solução de algumas das suas reais preocupações.-----*

-----*Em termos genéricos, sempre nos batemos pela existência de um orçamento realista e não inflacionado, o que na realidade veio a acontecer no presente, em larga medida por imposição externa, no caso do governo. -----*

-----*Ao nível da dívida de curto prazo regista-se uma efetiva redução, contudo não devemos esquecer que o alívio da tesouraria resultou da adesão ao PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), realidade que não deve ser fundamento para no futuro retomar uma eventual escalada do endividamento.-----*

-----*Da leitura dos documentos resulta claro algum equilíbrio em termos orçamentais, mas não podemos nem devemos esquecer as dificuldades de percurso, em que as respostas dos serviços às necessidades das populações em diversas áreas pecou e ainda peca por defeito, apresentando grandes limitações da atividade municipal e com enormes impactos na vida dos munícipes, realidades que não permitiram por opção operar a redução das diversas taxas e impostos municipais.-----*

-----*Por outro lado, em momento anterior e em sede própria, apresentámos propostas sobre a isenção parcial ou total da Derrama através da criação de escalões de incidência daquele imposto municipal, bem como a redução em 1% da taxa de IRS, revertendo essa diferença a favor dos contribuintes Sesimbrenses, as quais foram liminarmente rejeitadas pela maioria do executivo CDU/PSD, com o fundamento da necessidade da receita face à construção das GOP e Orçamento para 2015, visão que não partilhamos. -*

-----*Ou seja o Orçamento da câmara desce! Mas os impostos, taxas e tarifas para todos nós, munícipes e contribuintes, sobem e sobem bem!!-----*

-----*Face ao acima exposto, conscientes da realidade, os Eleitos do PS entendem como adequado o*

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

voto de abstenção nas GOP e Orçamento para 2015, em nome da responsabilidade e embora em discordância com algumas das opções apresentadas pela maioria.”-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** apresentou, em nome do Movimento Sesimbra Unida, a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“*O Orçamento da CMS, enquanto instrumento de intervenção económica e social deve observar 3 princípios basilares.*-----

-----*Em 1º lugar o orçamento deve-se adequar à realidade previsível futura;*-----

-----*Em 2º lugar impõe-se que tal orçamento seja equilibrado, ou seja, as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes e permitir ainda uma cobertura adequada das despesas de capital;*-----

-----*Por último, e não menos importante, a intervenção económica e social que o orçamento se propõe levar a cabo, grandes opções do plano, deve ir ao encontro das necessidades das populações e das condições em que vivem, infraestruturas, equipamentos do concelho, etc.*-----

-----*Na nossa perspetiva, o orçamento da CMS para 2015 vem consagrar todos estes princípios supra enunciados pelo que registamos uma evolução positiva em relação ao orçamento do ano ainda em curso, salientando que o orçamento para 2015 vem em muitos aspetos ao encontro dos pontos de vista anteriormente perfilhados pelo Grupo Municipal do MSU para o orçamento de 2014. Nessa ocasião o MSU absteve-se na votação.*-----

-----*Desta feita, em virtude da evolução positiva espelhada neste orçamento e porque é benéfico para os munícipes de Sesimbra, o nosso sentido de voto para 2015 é favorável.”*-----

-----**O Deputado Municipal Alain Monteiro** prestou, em nome do Grupo Municipal da CDU, a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“*O grupo municipal da CDU votou favoravelmente as grandes opções do plano e o orçamento municipal para o ano de 2015, concordando com os objetivos a que se propõe e revendo-se nos pressupostos que o sustentam.*-----

-----*Em termos gerais, destacamos a consolidação das contas do município através da racionalização dos recursos humanos e financeiros tendo em vista a sua otimização, crente de que em 2015 a dívida global da autarquia atingirá valores ainda mais baixos face aos já conhecidos do corrente ano e que poderá ainda atingir os 27 milhões de euros. A mesma dívida que no final de 2012 chegou a atingir valores na ordem de 34 milhões de euros.*-----

-----*Em termos específicos destacamos o investimento a realizar, que visa continuar a melhorar e alargar as infraestruturas das quais depende a qualidade de vida da população, prosseguir as políticas*

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

sociais promovidas ao longo destes últimos dois mandatos, continuar com as políticas de defesa e valorização do património natural, cultural e continuar com a aposta em projetos no âmbito da qualidade do turismo, incrementar e apoiar o empreendedorismo, o associativismo e a participação da população e valorizar cada vez mais a relação com os municípios e com a comunidade em geral, insistir na promoção do desenvolvimento e qualificação pessoal e profissional dos trabalhadores e consequentemente aumentar internamente o nível de competências.-----

-----Contudo, votar favoravelmente as grandes opções do plano e o orçamento municipal para o ano de 2015 é também compreender e concordar com o enorme trabalho desenvolvido nos últimos anos que levou o concelho de Sesimbra a um nível de desenvolvimento impar, fruto do investimento realizado na requalificação urbana e ambiental, no saneamento, na repavimentação e manutenção de vias, na construção e ampliação de escolas, na requalificação do património municipal, na construção de espaços verdes e desportivos, na construção de habitação social entre muitos projetos de grande importância para a população. Votar favoravelmente as grandes opções do plano e o orçamento municipal para o ano de 2015 é ainda congratular-se pela forma como a autarquia conseguiu captar investimento através das diversas candidaturas a fundos comunitários, apresentadas e aprovadas, quando alguns defendiam a sua não execução.-----

-----Todo este esforço obrigou e continua a obrigar a uma gestão rigorosa de dinheiros públicos e não podemos nem devemos esquecer que este não foi um caminho fácil. Para além de uma herança de 25 milhões de euros de dívida global deixada pelo executivo socialista ao qual se juntou as gravíssimas medidas de austeridade dos últimos 3 anos que têm degradado as condições de vida dos portugueses e dificultado a missão dos municípios, acrescentamos para 2015, motivado pelo orçamento de estado, um impacto negativo de novas medidas de austeridade com efeitos na gestão diária do município. A Reforma da Fiscalidade Verde cria uma nova taxa de carbono, que terá impactos gravíssimos no custo dos combustíveis e da energia.-----

-----Também a criação do Fundo de Apoio Municipal, ao qual a autarquia de Sesimbra se vê obrigada a participar, retira milhares de euros de investimento relevante para a população.-----

-----Em síntese, este é um orçamento que não fecha as portas ao investimento, apesar do seu principal desígnio que visa reforçar e consolidar as contas do município sem porém o imiscuir das suas responsabilidades e competências.”-----

*-----Prosseguindo os trabalhos a **Presidente da AMS** deu início ao 2º ponto da Ordem de Trabalhos - **Associação Intermunicipal da Água da Região de Setúbal – Estatutos – Alteração**.* Lembrou que o

Ata nº17 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

assunto fora apreciado na reunião conjunta das comissões realizada no dia 3 de dezembro onde o Presidente da CMS tivera a oportunidade de esclarecer que esta alteração decorria da adaptação dos estatutos à Lei nº. 75/2013, que definia o novo regime jurídico para o associativismo autárquico, bem como da necessidade de ajustamento de outros aspetos às atuais necessidades, nomeadamente da taxa que definia as contribuições anuais fixas e das atribuições. -----

-----Como nenhum Deputado Municipal manifestou vontade de intervir, a Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da CMS, tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, alterar os estatutos da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal, proposta pelo Conselho Diretivo da AIA. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia 13 de dezembro de 2014. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----